

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
JORNALISMO

Uandyléia Aparecida Dias Alves

Entre a lama e o apagamento:
Racismo ambiental e a (in)visibilidade quilombola no retrato midiático
da enchente de 2024 no Rio Grande do Sul.

Vitória
2025

Uandyléia Aparecida Dias Alves

Entre a lama e o apagamento:

Racismo ambiental e a (in)visibilidade quilombola no retrato midiático da enchente de 2024 no Rio Grande do Sul.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Comunicação Social do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Malini de Lima

Coorientador(a): Dr. Luana Chinazzo Muller

VITÓRIA

2025

Uandyléia Aparecida Dias Alves

ENTRE A LAMA E O APAGAMENTO:

Racismo ambiental e a (in)visibilidade quilombola no retrato midiático da enchente de 2024 no Rio Grande do Sul.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Comunicação Social do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Vitória, 21 de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Luiz Malini de Lima
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr^a. Janaina Frechiani Lara Leite
Universidade Federal do Espírito Santo

Me. Quenia Nascimento Lyrio
Educação Ambiental e Climática

Dedico esta monografia à minha família, que mesmo sem entender todos os termos, sempre entendeu meus silêncios. Aos que resistem em territórios alagados, silenciados e negligenciados, que há muito tempo sabem o que os dados agora apontam: a enchente não é só natural, é social. Aos gaúchos e principalmente, comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, que perderam suas casas, mas não sua dignidade. Quem veio antes, abrindo caminho para que pudesse escrever o meu.

AGRADECIMENTOS

De repente, a escrita, que sempre me veio fácil e despretensiosa, falhou quando me deparei com a necessidade de redigir este agradecimento. E, com lágrimas nos olhos, conduzo estas palavras e cada menção honrosa nesta página.

Um obrigada a vida e ao divino, por tamanho pontapé inicial na carreira em que por toda uma infância me imaginei exercendo. O meu forte elo com o espiritual me fez ter forças, mesmo em meio aos choros, para terminar esta pesquisa, e me lembrar de que, por mais difícil que pareça, sempre existe um caminho de luz adiante a minha espera.

Obrigada, mãe, por não me deixar esquecer de comer, dormir e, principalmente, de respirar e pausar nos momentos em que a pesquisa e escrita deste trabalho estava me consumindo. Agradeço pelo apoio incondicional e pela escuta, afinal, mesmo sem entender nada sobre o assunto, nestes dez meses, sempre se dispôs a ouvir meus apontamentos e conhecimentos. Além disso, você sempre soube que qualquer outra coisa no mundo era menos importante do que este trabalho — que, nas suas palavras, já havia virado uma novela mexicana de tanto que se estendeu.

Obrigada aos meus avós, principalmente ao meu avô, que esteve comigo desde a minha aprovação na universidade federal, e ao lado da minha mãe e de todos os meus familiares, fez sempre questão de me incentivar a estudar e comemorar cada conquista alcançada até aqui. Saiba que durante esses anos de formação, o apoio e cuidado de vocês com a garantia de um lar e recursos para sobreviver, fizeram com que eu tocasse meus estudos com maestria.

Obrigada, Gabriel, por me emprestar um notebook decente e com um processador mais veloz, para que eu conduzisse mais rapidamente esta pesquisa. Agradeço também por sempre se fazer presente com um abraço ou com uma leitura deste trabalho, seu olhar foi importante durante toda essa trajetória. Aliás, aproveito para me desculpar pelos momentos que exigi que argumentasse e falasse com propriedade e conhecimento acerca do assunto do meu trabalho, enquanto incansavelmente tentava te explicar.

Agradeço aos amigos que fiz durante a graduação, essa jornada não teria sido a mesma sem as trocas e vivências com pessoas tão incríveis que tenho orgulho de ser amiga e colega de profissão. Com vocês, aprendi que ser jornalista é também ser um ser humano melhor todos os dias, graças aos nossos momentos de escuta diária. Me sinto grata, pois sei que cada um que fez parte da minha jornada acadêmica agora também são excelentes comunicadores sociais.

Aproveito para também pedir desculpas aos meus amigos, pela minha ausência em alguns eventos e confraternizações nesta reta final, por ter me esquecido de estar presente em momentos que eram importantes, e por sempre reclamar, por mensagem ou presencialmente, que não aguentava mais escrever esta pesquisa.

Em especial, agradeço a Laura, uma comunicadora e pesquisadora incrível que me ajudou muito no processo de construção da minha pesquisa. Sem essa pessoa maravilhosa, este percurso teria sido mais difícil e doloroso. A escuta ativa e os conselhos me permitiram tornar o processo de metodologia e análise desta pesquisa, mais leve.

Obrigada, as redes sociais, novelas, indústria cinematográfica e vídeos de animais engraçados, por estarem sempre dispostos a me aliviar os nervos e neurônios, apesar de terem me feito perder preciosas horas de possível inspiração e rendimento que me fariam ter completado este trabalho com calma e antecedência.

Meu muito obrigada a todos os professores que tive o prazer de conhecer e desfrutar dos ensinamentos. Em especial, agradeço aos servidores da Universidade Federal do Espírito Santo, que me ajudaram muito durante todas as aulas práticas e durante meus momentos de angústias, seja com um sorriso, uma escuta ou um simples “bom dia”.

Assim, deixo meu muito obrigada à Universidade Federal do Espírito Santo, que através de políticas de assistência estudantil, me proporcionou acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, garantindo minha permanência no ensino superior.

E um agradecimento especial ao recorte do meu trabalho, a temática que escolhi investigar, que se tornou não apenas um objeto de estudo, mas também uma oportunidade de amplificar vozes e narrativas muitas vezes esquecidas. Foi nesse recorte que encontrei não só desafios, mas também esperança e propósito. Que a força deste tema inspire futuros pesquisadores e jornalistas a seguirem comprometidos com as causas que nos movem e nos transformam.

Por fim, deixo um recado para a Uandy da infância, que sonhava acordada com um mundo inteiro a ser descoberto. Para a Uandy do ensino médio, que entrou vislumbrada na universidade federal, carregando sonhos tão grandes quanto o mundo que a cercava, que soube enfrentar os medos e se apaixonou pelo poder que a comunicação tem de mudar vidas. E para a Uandy de agora, quase formada e já com bagagens na comunicação, especialmente na área do impacto socioambiental, que compreendeu que cada passo dado é também um passo de responsabilidade e transformação. Que essas três Uandys se encontrem sempre na força de continuar, aprender, sonhar e fazer a diferença na vida das pessoas. Que nunca percam de vista a ternura de olhar para trás com orgulho e a coragem de seguir em frente com

esperança.

Que venha o futuro.

“A chuva cai, a rua inunda”

O que já foi verso infantil entoado em festas virou epitáfio não escrito de comunidades esquecidas. Nas margens alagadas das cidades, a água não só invade — ela denuncia. Denuncia o racismo estrutural que decide quem se afoga, quem reconstrói e quem é deixado à lama.

Entre a cantiga e a catástrofe, o cotidiano de muitos se repete: molhado, invisibilizado, silenciado.

(Releitura de verso popular, por saberes coletivos)

RESUMO

O presente trabalho investiga como o racismo ambiental se manifesta na cobertura midiática das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, com ênfase na invisibilidade das comunidades quilombolas. A partir da *hashtag* racismo ambiental, foram analisadas 866 postagens publicadas no Instagram entre novembro de 2023 e novembro de 2024, coletadas por meio da plataforma *Content Library* (Meta) e processadas via softwares *Ford/Labic* e *Gephi*, com base na análise de redes e conteúdo digital. A pesquisa adota uma abordagem empírico-qualitativa, amparada por autores como Robert Bullard, Kabengele Munanga, Silvio Almeida e Stuart Hall, articulando as dimensões de raça, território e injustiça ambiental. O estudo mostra que, embora haja perfis engajados na denúncia de desigualdades climáticas, as narrativas predominantes na esfera digital ainda marginalizam os quilombos gaúchos. As enchentes, tratadas como tragédias “naturais” pela mídia hegemônica, enfatizam estruturas históricas de exclusão racial e negligência institucional. A análise evidencia o papel das redes sociais como espaços de disputa simbólica e resistência, ainda que limitadas por algoritmos e dinâmicas de poder. Ao colocar a comunicação social em diálogo com a justiça ambiental e racial, esta pesquisa propõe uma crítica à lógica espetacularizada das coberturas jornalísticas e reforça a urgência de práticas comunicacionais comprometidas com os direitos das populações vulnerabilizadas.

Palavras-chave: racismo ambiental, comunidades quilombolas, enchentes 2024, análise de dados, justiça climática, mídia e tragédia, grafos.

ABSTRACT

This study investigates how environmental racism is manifested in media coverage of the 2024 floods in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, with an emphasis on the invisibility of quilombola communities. Based on the hashtag *racismo ambiental*, 866 Instagram posts published between November 2023 and November 2024 were analyzed. The data were collected via the Meta Content Library platform and processed using the Ford/Labic and Gephi software tools, applying digital content and network analysis methodologies. The research follows an empirical-qualitative approach, grounded in theoretical contributions from authors such as Robert Bullard, Kabengele Munanga, Silvio Almeida, and Stuart Hall, and explores the intersections of race, territory, and environmental injustice. Findings reveal that despite the presence of engaged profiles denouncing climate inequalities, dominant digital narratives continue to marginalize quilombola communities. While mainstream media portray the floods as "natural" disasters, such narratives obscure the historical structures of racial exclusion and institutional neglect. The analysis highlights the role of social media as symbolic arenas of resistance and narrative dispute, albeit constrained by algorithmic logic and platform dynamics. By placing social communication in dialogue with environmental and racial justice, this research offers a critique of sensationalist media coverage and underscores the need for communicational practices committed to the rights of marginalized populations.

Keywords: environmental racism, quilombola communities, 2024 floods, data analysis, climate justice, media and tragedy, network graphs.

LISTA DE IMAGENS

- Figura 1** – Print do dataset inicial sem o processo de limpeza manual 47
- Figura 2** – Print do dataset limpo manualmente com as classificações 47
- Figura 3** – Grafo de wordgraph 54
- Figura 4** – Cluster 1 (verde escuro) 55
- Figura 5** – Cluster 2 (vermelho) 56
- Figura 6** – Cluster 3 (azul escuro) 57
- Figura 7** – Cluster 4 (laranja) 58
- Figura 8** – Cluster 5 (amarelo) 59
- Figura 9** – Diagrama radial 61
- Figura 10** – Diagrama de Corda 61
- Figura 11** – Cluster Racismo + Enchentes e Enchentes RS 62
- Figura 12** – Publicação “terreiros de macumba” 63
- Figura 13** – Bruna Crioula 63
- Figura 14** – Mídia Ninja 65
- Figura 15** – Publicação de maior engajamento no cluster “Racismo ambiental” 67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Clusterização 46

Tabela 2 – Ferramentas e uso no Grafo Radial 51

Tabela 3 – Ferramentas e uso no Diagrama de Corda 53

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 13

2. RAÍZES DO RACISMO AMBIENTAL 20

2.1 Justiça e Injustiça ambiental 20

2.2 Raça 22

2.3 Racismo Ambiental 23

3. MÍDIA, RACISMO E A CONSTRUÇÃO DA TRAGÉDIA..... 29

3.1 Teorias do jornalismo e da comunicação de catástrofes 29

3.2 Plataforma, discurso e visualização 31

3.3 Quem sente mais o impacto de uma catástrofe climática? 34

4. A ENCHENTE DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL 38

4.1 O trauma documentado 38

4.2 A enchente no Rio Grande do Sul escancara racismo ambiental? 42

5. METODOLOGIA E CORPUS 45

5.1 Visualização Radial 49

5.2 Visualização Diagrama de Corda 51

6. ANÁLISE 54

6.1 Grafos léxicos 54

6.2 Grafo de Diagrama Radial 60

6.3 Grafo de Diagrama de Corda 66

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 69

REFERÊNCIAS 75

INTRODUÇÃO

Alagamentos, incêndios florestais, deslizamentos e altas ondas de calor estão deixando marcas fatais na natureza e na sociedade. Nos últimos anos, os desastres ambientais e as catástrofes climáticas se tornaram mais frequentes, ameaçando a natureza. Comunidades negras, ribeirinhas, quilombolas e indígenas, que muitas vezes vivem em áreas de risco, tendem a ser mais afetadas e prejudicadas, perdendo casas, bens materiais, familiares e fontes de renda. Isso porque essas comunidades, em geral, já estão em desvantagem social e econômica. Habitam áreas com pouca infraestrutura, moradias inadequadas, sem saneamento básico, serviços de saúde e transporte.

Para além disso, a relação entre o jornalismo e a população negra no Brasil sempre esteve atravessada por processos de invisibilização, estigmatização e marginalização. Desde a cobertura da escravidão até a construção das narrativas sobre comunidades quilombolas e povos tradicionais, os meios de comunicação reproduziram hierarquias raciais e silenciamentos que refletem a estrutura social brasileira. Essa lógica não se restringe ao passado: episódios de grande repercussão midiática, como o rompimento da barragem de Mariana, em 2015, e de Brumadinho, em 2019, evidenciaram como as tragédias ambientais atingem de forma desproporcional territórios negros e periféricos, ao mesmo tempo em que suas vozes permanecem secundarizadas nas narrativas jornalísticas (CARVALHO; SCHMIDT, 2019; RÁDIO PONTE NOVA, 2024). Essa lacuna na cobertura jornalística reflete um padrão de racismo ambiental, onde as especificidades socioculturais e históricas das populações afetadas são ignoradas. Portanto, é fundamental que a análise da comunicação de catástrofes considere não apenas os aspectos técnicos do desastre, mas também as dimensões sociais e raciais que influenciam a vulnerabilidade e a resiliência das comunidades atingidas.

Ailton Krenak (2019) alerta que, se durante um tempo eram os povos indígenas, caiçaras e quilombolas que estavam ameaçados de ruptura ou da extinção dos sentidos das suas vidas, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda. Quatro anos após a publicação do livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, o estado do Rio Grande do Sul sofreu, entre abril e maio de 2024, uma enchente histórica que forçou mais de 615 mil pessoas a deixarem suas casas (ALMEIDA, 2024).

Ao se observar esses contextos, torna-se evidente que a (in)visibilidade

mediática quilombola não é um fenômeno isolado, mas parte de uma estrutura histórica que associa desastres ambientais ao apagamento de comunidades negras. Esse quadro se atualiza em tragédias recentes, como a enchente de 2024 no Rio Grande do Sul, em que, mais uma vez, a cobertura jornalística privilegiou as imagens espetaculares da destruição, mas pouco espaço destinou às comunidades quilombolas que sofreram perdas materiais e simbólicas profundas. Nesse sentido, compreender a enchente gaúcha exige retomar esse percurso histórico, em que racismo ambiental e silenciamento midiático caminham lado a lado.

Essa tragédia climática deixou o Rio Grande do Sul, especialmente Porto Alegre e região metropolitana, totalmente debaixo d'água. O Estado gaúcho sofreu com uma periodicidade de fortes chuvas que causaram inundações em 400 municípios, resultando em 179 mortes, afetando cerca de duas milhões de pessoas e isolando mais de 6 mil famílias quilombolas. Segundo o portal de notícias G1, as chuvas começaram no Vale do Rio Pardo, região central do estado, em 27 de abril. A região estava sofrendo com fortes chuvas e granizo, e a situação piorou com a elevação do nível do lago Guaíba¹.

Em 29 de abril, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu o primeiro alerta vermelho de volume elevado de chuva, que se estendeu por todo o estado, comunicando a calamidade em todo o território gaúcho. Segundo a matéria feita pela BBC em 12 de maio de 2024, as bacias dos rios Taquari, Caí, Jacuí, Sinos, Gravataí e Pardo, se sobrecarregaram e transbordaram, inundando os municípios, interditando o aeroporto, estádios de futebol, escolas, comprimento do comércio local e, principalmente, deixando quilombos situados em regiões rurais em isolamento².

Embora a enchente tenha causado grandes estragos, na época pouco se falava sobre os impactos específicos nas pessoas negras, indígenas e comunidades quilombolas, que vivem em áreas mais expostas de municípios gaúchos. Quando visualizamos os dados públicos, é possível compreender o gigantesco nível de precariedade que grande parte das pessoas atingidas já vivia anteriormente. De acordo com a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), 145 comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul foram afetadas, sendo que 15 ficaram

¹ *Guaíba* é um lago ou rio que recebe água de vários rios, como o Jacuí, o dos Sinos, o Caí e o Gravataí. Está localizado entre o Delta do Jacuí e a Laguna dos Patos, no estado do Rio Grande do Sul. O lago banha Porto Alegre, Eldorado do Sul, Guaíba, Barra do Ribeiro e Viamão, sendo o principal manancial de abastecimento hídrico de Porto Alegre. É bastante usado para diluição de esgotos, recreação, pesca e navegação.

² BBC. (12 de maio de 2024). A cronologia da tragédia no Rio Grande do Sul. G1 Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/12/a-cronologia-da-tragedia-no-rio-grande-do-sul.html>> Acesso em 11 dez. 2024

completamente isoladas, com acesso somente por meio de barcos. Segundo o Ministério da Igualdade Racial, aproximadamente 2,5 mil dos 17,5 mil quilombolas sofreram perdas significativas³. Para muitos dos atingidos, essa não foi a primeira e muito provavelmente não será a última tragédia que os atingirá sem aviso prévio.

Durante o período da tragédia, notícias foram veiculadas nas redes sociais, por usuários comuns, políticos e influenciadores digitais que desempenharam um papel fundamental na disseminação de informações e na mobilização social durante o período. Auxílio de Organizações Não Governamentais (ONGs), vaquinhas online, *lives*⁴ para arrecadação de fundos financeiros ou doações e rifas desempenharam um papel relevante no ambiente online (PINOTTI, 2024). Dessa forma, foi possível observar nas redes sociais e plataformas digitais um movimento crescente de mobilização, no qual a participação de pessoas comuns, sem grandes influências, teve um impacto direto e significativo, seja por meio de campanhas de arrecadação virtual, voluntariado presencial ou cobertura midiática.

Vale ressaltar que, foi através das plataformas digitais que os grandes meios massivos e produtores de notícias jornalísticas e outros modelos de veículos de comunicação, começaram a ter ciência de que pessoas que estavam em áreas de risco no interior e na região metropolitana do estado gaúcho se encontravam em maior estado de calamidade. E, assim, começaram a se deslocar para o Rio Grande do Sul e dar visibilidade a essas comunidades de pessoas, que em grande parte são corpos racializados.

Entende-se que nessa tragédia não se consegue visualizar recortes de raça e classe porque as classes média e alta também foram atingidas, inclusive, em áreas consideradas privilegiadas. Mas, é preciso lembrar que grande parte das tragédias climáticas estão atingindo de forma cada vez mais brutal a população preta e pobre das cidades, e isso tem nome: racismo ambiental. Nesse contexto, o racismo ambiental trata das injustiças ambientais a partir do olhar de raça, classe e gênero (Vedovatto, 2019). Esse fenômeno recai sobre etnias e grupos de populações tradicionais, que têm se deparado com grandes empreendimentos desenvolvimentistas que os expulsam de seus territórios, desorganizam suas culturas, fazendo com que eles se desloquem para as periferias urbanas e os forcem a conviver com um cotidiano de envenenamento e

³ 'Não temos como voltar': o impacto das enchentes sobre os quilombos do RS. Disponível em: <<https://www.tribunadeituverava.com.br/nao-temos-como-voltar-o-impacto-das-enchentes-sobre-os-quilombos-do-rs/>>. Tribuna de Ituverava. Acesso em 11 dez. 2024

⁴ Nesse contexto, refere-se a transmissões ao vivo (vídeos transmitidos em tempo real com interação com o público).

degradação de seus ambientes de vida (Herculano, 2008).

O racismo ambiental faz essas medidas, práticas e atividades prejudicarem, de maneira diferenciada, essas pessoas, grupos e comunidades em razão de sua raça, classe e gênero (BULLARD, 1983). De acordo com um estudo da PUCRS, em 2022, 18,9% da população do Rio Grande do Sul era formada por pessoas pretas e pardas. No entanto, entre os 10% mais pobres da população, a proporção de pessoas pretas e pardas era de 32,3%. É o racismo ambiental que agrava as consequências sobre as pessoas racializadas, já que é sobre elas que surgem as consequências das tragédias desproporcionalmente. Um levantamento feito este ano pela Agência Pública a partir da Defesa civil de São Paulo, mostra que bairros periféricos da cidade, onde a maioria dos moradores são pessoas negras, tiveram mais alagamentos, inundações e deslizamentos nos últimos dez anos. No período, os dez distritos com mais ocorrências do tipo, possuem população negra acima da média da cidade. Além disso, nove dos dez ficam nas periferias da cidade, enquanto apenas um, o distrito da Sé, está na zona Central.⁵ Embora o levantamento se refira apenas a São Paulo, os dados evidenciam o racismo ambiental que acontece nas grandes cidades brasileiras.

No Brasil, o termo racismo ambiental ficou em evidência depois que a ministra da Igualdade Racial Aniele Franco, fez um *post*⁶ em suas redes sociais no dia 14 de janeiro de 2024 comentando os desastres causados pela chuva no começo desse mês no Rio de Janeiro⁷. Apesar da grande repercussão, o conceito é usado desde a década de 1980, nos Estados Unidos da América (EUA), onde se falava em racismo ambiental como sendo o ônus desproporcional direcionado a pessoas racializadas em decorrência do crescimento econômico (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 20). Por isso, grupos que historicamente sofrem com a negligência de seus direitos básicos suportam com maior frequência e intensidade os resultados da degradação ambiental.

Estudos apontam que eventos climáticos extremos afetam essas populações de maneira desigual, sendo a discriminação racial um fator estrutural que impõe cargas desproporcionais de problemas socioambientais sobre esses grupos (THOMASI, T. Z.; SANTOS, A. S.; DIAS, C. A. G. C, 2024). Além disso, políticas públicas e práticas institucionais perpetuam esse ciclo de desigualdade, tornando comunidades indígenas,

⁵ Muniz, B.; Santino, Matheus. Bairros periféricos e de maioria negra (...). Agência Pública. Disponível em: <<https://apublica.org/2024/02/bairros-periféricos-e-de-maioria-negra-sao-os-mais-afetados-por-desastres-em-sao-paulo/>> Acesso em 12 dez. 2024

⁶ *Post* é uma publicação online, geralmente em um blog ou rede social, que contém conteúdo como texto, imagem, vídeo ou áudio. É a forma como as pessoas compartilham informações, opiniões e criatividade na internet.

⁷ https://www.instagram.com/aniellefranco/reel/C2GmiPpr_69/ Acesso em 12 dez. 2024

quilombolas e ribeirinhas mais vulneráveis aos impactos ambientais (MONTEIRO, R.; SANTOS, M.; SOUZA, J.; BORGES VIEIRA, M.. 2023). O termo, no entanto, ainda é pouco amplificado e discutido em sociedade, se fazendo necessário jogar luz sobre essa realidade, e buscar um olhar mais voltado para regiões vulneráveis. Portanto, os problemas ambientais estão intrinsecamente ligados a questões sociais e raciais.

A cobertura midiática, assim como ocorreu nos incêndios na Chapada dos Veadeiros e nos rompimentos de barragens em Brumadinho e Mariana, frequentemente recorre ao termo tragédia ambiental sem abordar questões importantes para a sociedade, como crimes ambientais, direitos humanos e o impacto sobre as comunidades tradicionais (PEREIRA, 2019). Acerca do Rio Grande do Sul, a flexibilização do Código Ambiental em 2019, durante o primeiro mandato do governador Eduardo Leite (PSDB), exacerbou as vulnerabilidades ao remover e alterar 480 pontos da lei ambiental estadual. Essas mudanças favoreceram empresários, inclusive com a introdução do autolicensing em alguns casos, contribuindo para a situação crítica que culminou na enchente histórica de 2024 (CENTENO, 2024)⁸.

Dessa forma, o papel social da comunicação é reforçar a justiça social e questionar as autoridades, mediante iniciativas de emissão de alertas, capacidade de lidar com desastres, monitoramento e mobilização no caso das ocorrências de eventos climáticos extremos. Mais do que comunicar a tragédia depois que ela acontece, a imprensa e os órgãos de comunicação pública têm a responsabilidade de produzir alertas eficientes, tempestivos e acessíveis, que mobilizem a população em risco e permitam a adoção de medidas preventivas. Esses alertas cumprem a função de democratizar a informação, alcançando especialmente as regiões mais vulneráveis, onde a ausência de políticas públicas agrava os efeitos dos desastres. Além disso, é necessário que o jornalismo olhe para essas regiões não apenas quando estão à beira de extremo risco, mas também de forma preventiva e continuada. Do contrário, permanece, de forma geral, a lógica de uma notícia espetacularizada, que foca nos efeitos dos desastres em vez de em suas causas estruturais (PEREIRA, 2019).

Frente a essa realidade no Brasil e, principalmente, no Rio Grande do Sul, chegamos ao seguinte problema de pesquisa: de que forma o racismo ambiental se manifesta na cobertura das enchentes de 2024 no RS, especialmente no que diz

⁸ Centeno, Ayrton. Eduardo Leite cortou ou alterou quase 500 pontos do Código Ambiental do RS em 2019. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/04/eduardo-leite-cortou-ou-alterou-quase-500-pontos-do-codigo-ambiental-do-rs-em-2019>. Acesso em 12 dez. 2024

respeito à visibilidade das comunidades quilombolas? Assim, a pesquisa tem por objetivo geral analisar como o racismo ambiental se manifesta midiaticamente no período da enchente de maio de 2024 no Rio Grande do Sul, com foco na invisibilidade das comunidades quilombolas, a partir da *#racismoambiental* no Instagram. Como objetivos específicos, busca: a) mapear os principais conteúdos publicados no Instagram a partir da hashtag racismo ambiental entre novembro de 2023 e novembro de 2024, relacionados às enchentes no Rio Grande do Sul; b) identificar a presença, ou ausência, de narrativas sobre comunidades quilombolas nos conteúdos analisados; c) entender quem são os principais atores, narrativas predominantes e as influências que determinados atores exercem sobre o conteúdo compartilhado na rede; d) investigar os padrões de engajamento, circulação e conexão entre perfis e postagens através de grafos de redes sociais; e) refletir sobre os limites e potências do Instagram como espaço de disputa de narrativas sobre racismo ambiental e justiça climática em contextos de crise. No procedimento metodológico para a realização desta pesquisa, utilizo uma abordagem de natureza empírica, com ênfase na análise de conteúdo digital e de redes aplicadas ao Instagram, para observar as narrativas da cobertura sobre o desastre socioambiental no Rio Grande do Sul.

A escolha das publicações feitas no Instagram a partir da *hashtag* racismo ambiental como objeto desta monografia deu-se, primeiramente, pela angústia de ver apenas publicações de veículos de comunicação independentes se aprofundando em uma cobertura local de uma problemática local, de maneira que pessoas comuns começaram a se familiarizar com a realidade dos gaúchos que se encontravam em vulnerabilidade social. Além disso, essa enchente no Rio Grande do Sul escancarou desigualdades históricas e estruturais, ao mesmo tempo em que revelou lacunas na cobertura midiática em relação às comunidades quilombolas, que foram as mais atingidas.

Dessa maneira, a presente pesquisa se justifica pela urgência de se compreender como o racismo ambiental se manifesta nas dinâmicas de produção e circulação de conteúdo em plataformas digitais, especialmente diante de desastres climáticos que afetam desproporcionalmente populações racializadas. Além disso, investigar a forma como essas populações aparecem, ou são invisibilizadas, no debate público digital sobre racismo ambiental é fundamental para refletir criticamente sobre os processos de mediação, representação e disputa de narrativas nas redes sociais.

Este trabalho, ao focar nas publicações realizadas no Instagram, busca

contribuir para os estudos de comunicação, com ênfase na relação entre mídia, crise climática e justiça racial. E fazer a intersecção da comunicação social e do jornalismo nas regiões marginalizadas na abrangência regional, que é o recorte que busco realizar nesta monografia. As comunidades quilombolas, enquanto expressão histórica da resistência negra no Brasil, são parte de uma população que, por séculos, vivencia processos de marginalização e invisibilidade. Mesmo articuladas em práticas de preservação ambiental e modos de vida sustentáveis, essas comunidades enfrentam negligências sistemáticas decorrentes do racismo ambiental, que lhes impõe injustiças e nega direitos fundamentais. É nesse contexto que se torna essencial recolocar no centro do debate a noção de raça como marcador estrutural das desigualdades socioambientais, bem como as disputas entre justiça e injustiça ambiental. Relacionar essas dimensões com a cobertura midiática contribui cientificamente para o campo de estudos sobre desastres, que estão cada vez mais frequentes e, por isso, precisam ser compreendidos de forma crítica e informada.

O corpus do trabalho foi extraído com base em dados coletados pelo Laboratório de Internet e Ciência de Dados (LABIC/UFES), por meio da plataforma *Content Library*, ferramenta disponibilizada pela Meta para fins de pesquisa acadêmica. A realização da coleta foi no dia 12 de dezembro de 2024, e engloba o período de novembro de 2023 a novembro de 2024, com foco na cobertura das enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul e sua relação com o racismo ambiental.

Após a coleta inicial de 19.952 publicações, os dados passaram por processos sucessivos de filtragem automatizada e manual, resultando em um conjunto final de 866 postagens relacionadas à temática da pesquisa. Esse material foi classificado em categorias temáticas e, posteriormente, analisado por meio do software Ford/Labic, Phyton e JavaScript, que possibilitaram a construção de grafos. A modelagem das redes foi realizada no software Gephi e D3.js, com aplicação das métricas de modularidade, para identificação de clusters e comunidades discursivas, e de grau ponderado, que permitiu compreender a intensidade das conexões entre os nós da rede.

Essa monografia está estruturada em sete capítulos. A partir deste primeiro capítulo introdutório, o segundo capítulo desta pesquisa será dedicado a trazer os principais conceitos de raça, racismo ambiental e justiça e injustiça ambiental, buscando refletir sobre os impactos socioambientais desiguais em diferentes territórios, aprofundar a noção de raça, evidenciando como ela opera como marcador social de desigualdade, e por fim, abordando o racismo ambiental como fenômeno

estrutural e histórico, denunciando a distribuição desigual dos danos ambientais.

No terceiro capítulo, a análise recai sobre a atuação da mídia em contextos de tragédias ambientais, discutindo o papel da cobertura midiática diante de eventos extremos e os enquadramentos utilizados, que frequentemente reforçam uma lógica espetacularizante e silenciam as causas estruturais. Este capítulo introduz o conceito de tecnodiscursos e reflete sobre as plataformas digitais como territórios de disputa simbólica.

No quarto capítulo, será contextualizado a tragédia climática que atingiu o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024. Com apresentação dos dados históricos e meteorológicos que demonstram a gravidade do evento e discute os efeitos sociais da enchente, com destaque para as perdas vivenciadas pelas pessoas em situação de vulnerabilidade social, como as comunidades quilombolas. A narrativa do capítulo denuncia a ausência de políticas preventivas e aponta que os desdobramentos da tragédia evidenciam o racismo ambiental, pois os danos foram desproporcionalmente sentidos pelas populações racializadas.

O quinto capítulo, retrata os procedimentos metodológicos utilizados para a análise da *hashtag* racismo ambiental no Instagram, evidenciando o corpus de coleta, o uso de softwares como o Ford/Labic e o Gephi, e uso de grafos de redes sociais e categorização temática. O objetivo deste capítulo é tratar sobre a metodologia combinada com a análise de conteúdo digital com análise de redes, evidenciando os sentidos produzidos e as dinâmicas de circulação e visibilidade das narrativas sobre racismo ambiental. Já o sexto capítulo, apresenta a leitura crítica das 866 postagens filtradas a partir da metodologia. Aqui se identifica os principais temas, os atores mais influentes nas redes e a invisibilidade das comunidades quilombolas na cobertura das enchentes.

Nas considerações finais, buscou-se retomar os objetivos iniciais desta monografia, o referencial teórico fundamentado e uma reflexão sobre o papel da comunicação diante dos desastres e das desigualdades sociais e vulnerabilidades socioambientais. Será reforçado a importância das redes sociais como espaços de resistência e denúncia, ainda que limitadas por algoritmos e dinâmicas de poder, destacando a urgência de práticas comunicacionais mais justas e comprometidas com os direitos das populações racializadas e marginalizadas. A monografia defende que pensar comunicação é também pensar em justiça social e ambiental.

2. RAÍZES DO RACISMO AMBIENTAL

O primeiro capítulo, mergulha nos fundamentos que sustentam o conceito de racismo ambiental, atravessando as noções de justiça e injustiça ambiental, e situando a raça como elemento central nas desigualdades socioambientais.

2.1 Raça

Como a cor da pele e a história de um povo influenciam quem ocupa as margens mais vulneráveis dos desastres ambientais? E por que as enchentes não chegam apenas como um fenômeno natural, mas como um reflexo das desigualdades que persistem na sociedade brasileira? Refletir sobre essas questões abrem espaço para entender raça e como ela está no eixo central das dinâmicas de poder que perpassam as vulnerabilidades ambientais e as desigualdades sociais.

Sabe-se que o conceito de raça nem sempre foi o mesmo, passando por diferentes interpretações ao longo da história. A priori, etimologicamente, o termo raça em italiano significa *razza*, que se derivou do latim *ratio*, cujo significado na língua portuguesa seria sorte, categoria ou espécie. Até então, na história das Ciências Naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado pelo naturalista sueco Lineu para classificar as plantas em 24 raças ou classes. Porém, atualmente essa forma de classificação de plantas em raças não é mais utilizada. No latim medieval, raça passou a designar a descendência, referindo-se a um grupo de pessoas com ancestralidade comum e características físicas compartilhadas (MUNANGA, 2004).

Munanga (2004) argumenta que até o final do século XVII, a explicação para a existência de vários grupos humanos se dava pela teologia cristã, sobretudo no Ocidente, que na época era a região que tinha o domínio da razão e explicação. Mas, tudo muda em meados do século XVIII, em que a cor da pele se tornou um dos principais critérios para determinar as diferenças entre as raças.

Segundo Munanga (2012, p. 7):

[...] Em nome das chamadas raças, inúmeras atrocidades foram cometidas nesta humanidade: genocídio de milhões de índios nas Américas, eliminação sistemática de milhões de judeus e ciganos durante a Segunda Guerra Mundial. Como se não bastasse o antissemitismo, a persistência dos mecanismos de discriminação racial na África do Sul durante a Apartheid, nos Estados Unidos, na Europa e em todos os países da América do Sul encabeçados pelo Brasil e em outros cantos do mundo demonstra claramente que o racismo é um fato que confere à “raça” sua realidade política e social. Ou seja, se cientificamente a realidade da raça é contestada, política e ideologicamente esse conceito é muito significativo, pois funciona como uma categoria de dominação e exclusão nas sociedades multirraciais contemporâneas observáveis.

É nítido que existe uma forte relação entre raça e pobreza no Brasil, em que pessoas negras, indígenas e comunidades como, caiçaras, ribeirinhas e quilombolas, compõem a maior parte da população em vulnerabilidade socioeconômica do país. Essa realidade pode ser observada ao olharmos para a cor da pele dos indivíduos que moram nas favelas e periferias brasileiras, daqueles que vivem nas ruas e encostas de travessias pedindo por esmolas dia e noite, ou também, daqueles que têm seus territórios ameaçados por garimpeiros. Nesse sentido, a marginalização histórica desses grupos se entrelaçam no Brasil, uma vez que não é mais possível negar que raça e pobreza são sinônimos nesse país, conforme aponta Neusa Santos em *Tornar-se negro* (1983, p. 19):

[...] a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior.

Embora a ciência contemporânea tenha refutado a existência de raças sob uma perspectiva biológica, o conceito permanece social e politicamente relevante, sendo utilizado para exclusões e privilégios. Os novos estudos sobre esse tema têm jogado por terra os fundamentos racistas do século XIX, que exaltavam a superioridade branca, contribuindo para a perpetuação de opressões e desigualdades. Todavia, estudos que refutam a existência biológica da raça não têm gerado impacto significativo na redução das manifestações de racismo, que continuam a existir e persistir em diversas sociedades ao redor do mundo. O racismo se mantém como um gerador de desigualdades, reforçando o caráter político do conceito de raça e sua relevância na contemporaneidade (CARNEIRO, 2011). Em outras palavras, embora a

raça seja inexistente sob o ponto de vista biológico, o racismo permanece como um prático e real no cotidiano. Ou seja, ser parte de grupos vulneráveis socioeconomicamente se inscreve na realidade sob a forma de “exclusão”.

2.2 Racismo ambiental

Antes de se entender Racismo Ambiental, é preciso informar-se sobre o racismo. Silvio Almeida, ex-ministro dos Direitos Humanos e Cidadania do Brasil, faz sua contribuição sobre o tema, ao dizer que racismo é uma forma organizada de discriminação que toma como base a raça, podendo se manifestar de forma consciente ou inconsciente resultando em desvantagens ou privilégios para sujeitos dependendo do grupo racial a qual estão inseridos (ALMEIDA, 2021). Almeida, destaca três formas de entender o racismo: Individualista, institucional e estrutural. O racismo individualista é visto como um desvio de comportamento humano, podendo ocorrer de forma pessoal ou em grupo, mas sem atribuir culpa às instituições ou à sociedade (ALMEIDA, 2021). Já o racismo institucional ocorre quando práticas discriminatórias estão inseridas nas instituições, beneficiando grupos dominantes que controlam setores de poder e reforçam desigualdades sociais (ALMEIDA, 2021). Por fim, o racismo estrutural vai além, porque considera que o racismo faz parte da base da sociedade, moldando suas instituições e práticas. Assim, as instituições são racistas porque refletem uma sociedade estruturada pelo racismo (ALMEIDA, 2021). O racismo ambiental, portanto, é uma extensão dessas formas de racismo, sendo uma manifestação específica que se cruza com questões de justiça social, territorial e ambiental, afetando diretamente as comunidades marginalizadas e o meio ambiente.

Ademais, por que se pensar racismo ambiental? Muito já se fala nesses recortes de racismo citados acima: estrutural, institucional, individualista ou só racismo. Mas é preciso explicar essa expressão, já que o sistema racista está em constante processo de atualização e, portanto, deve-se entender os seus recortes específicos. Até porque, quando se fala em racismo ambiental, o termo soa um pouco estranho para algumas pessoas que tendem a ficar curiosas sobre seu significado. Para entender de fato o que é o racismo ambiental, segundo Herculano (2006), basta olhar a cor da pele daqueles que moram nas favelas ou nos terrenos íngremes, o expressivo número de corpos humanos levados pelas enchentes ou soterrados pelos deslizamentos de terra que ocorrem todos os anos em várias regiões do Brasil, assim fica escancarado a

explicação de racismo ambiental.

O caso de Warren County, ocorrido em 1982, é um exemplo que marca a luta contra o racismo ambiental nos Estados Unidos. Naquele mesmo ano, o prefeito decidiu designar um depósito de lixo próximo a uma comunidade composta por 60% de afro-americanos. A comunidade se ergueu contra a construção de um aterro tóxico em sua região, gerando protestos contra o depósito de Bifenil policlorados (PCB)⁹. Assim, a expressão Racismo Ambiental foi atribuída em 1987, por Benjamin Chavis, um ativista e pastor, que desde a adolescência esteve envolvido nas lutas pelos direitos civis nos EUA. Benjamin foi preso sob falsas acusações e, liberado, além de ter sido amigo de luta do ativista e também pastor, Martin Luther King (PACHECO, 2020). No fim das contas, esse caso não é apenas um marco na luta contra o racismo ambiental nos Estados Unidos, mas também serve como um alerta para as práticas discriminatórias que ignoram as vidas de comunidades negras e outras minorias raciais em favor do lucro e da manutenção do status quo. De fato, ilustra como as decisões políticas e empresariais se intersectam para fortalecer um ciclo de marginalização e destruição ambiental.

O racismo ambiental é causado principalmente pela via institucional, de modo que as ações e omissões dos Estados muitas vezes acentuam as desigualdades econômicas e sociais (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 25), levando parcelas da população, principalmente negros, pardos, indígenas e comunidades tradicionais, a suportarem na pele os danos ambientais em favor do desenvolvimento socioeconômico de parte da população que tem seus direitos protegidos.

Isso ocorre toda vez que o agronegócio avança por terras indígenas, ribeirinhas e quilombolas, toda vez que se têm um deslizamento de terra, toda vez que um garimpeiro invade territórios e aldeias indígenas para garimpo ilegal, toda vez que pescadores artesanais sofrem com crimes ambientais, como o caso do vazamento de óleo no litoral nordestino em 2019¹⁰, ou, toda vez que ocorre fortes chuvas¹¹. Um olhar especial para as chuvas, pois geralmente os atingidos que ficam em estado de calamidade, são moradores de periferias, isso porque são as áreas onde as pessoas moram na beira de rios, córregos, onde não tem saneamento básico, então não tem

⁹ PCBs, ou Bifenilas policloradas (do inglês *polychlorinated biphenyls*) ou ascarel, são misturas de até 209 compostos clorados.

¹⁰ Barbosa, Catarina. Um ano após vazamento de óleo no Nordeste, nenhum responsável foi identificado. Belém, Brsil de fato, 30.ago.2020. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/30/um-ano-apos-vazamento-de-oleo-no-nordeste-nenhum-responsavel-foi-identificado>>. Acesso em 21 dez. 2024

¹¹ Portela, Maria Eduarda. Mudanças climáticas: periferias são as mais afetadas em épocas de chuva. Metrôpoles, 04.Dez.2022. Disponível em <<https://www.metrôpoles.com/brasil/meio-ambiente-brasil/mudancas-climaticas-periferias-sao-as-mais-afetadas-em-epocas-de-chuva>>. Acesso em 21 dez. 2024

escoamento correto de esgoto, áreas onde as pessoas já moram em encostas por que não tem acesso a moradia digna.

Para além das enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul, um exemplo claro disso aconteceu anos antes, na cidade do Rio de Janeiro, em abril de 2019, quando fortes chuvas atingiram principalmente as zonas Sul e Oeste da capital, além da região de encostas de comunidades como Vidigal, Rocinha e Muzema, resultando em alagamentos, deslizamentos e mortes de moradores em condições precárias e sem a devida assistência pública (Mesquita, 2020). Essas tragédias são resultados tanto das mudanças climáticas quanto da negligência histórica do Estado em garantir moradia digna e infraestrutura básica.

Cabe destacar que, concomitante aos acontecimentos de 2024 no Sul do país, a região de Mimoso do Sul, no Espírito Santo, também enfrentou intensas chuvas, provocando enchentes, deslizamentos e dezenas de mortes. Segundo a Defesa Civil, bairros inteiros ficaram submersos, milhares de pessoas foram desalojadas e comunidades rurais ficaram isoladas¹². Assim como no Rio Grande do Sul, a população mais vulnerável, moradores de áreas periféricas, ribeirinhas e comunidades tradicionais, foram as mais impactadas, evidenciando como o racismo ambiental se reproduz em diferentes territórios, a partir de desigualdades históricas e estruturais.

Esses eventos, como as enchentes no Rio de Janeiro em 2019 e as chuvas no Rio Grande do Sul em 2024, são apenas manifestações climáticas que resultam de um processo histórico de ocupação territorial desigual, onde há falta de infraestrutura, saneamento básico e acesso à moradia digna de acentuação dos danos para as localidades periféricas. Por isso, o racismo ambiental não é apenas uma questão de raça, mas também de meio ambiente: trata-se de compreender quem são os principais afetados pelas mudanças climáticas, pela degradação ambiental ou pela falta de atenção do poder público e da infraestrutura urbana necessária. Como escreveu Tânia Pacheco (2020) em seu blog, o racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham intenção racista, mas por meio de ações que tenham impacto racial.

É muito comum ouvir que “se cada um fizer a sua parte, teremos um mundo melhor”, mas até que ponto isso condiz com a realidade atual em que vivemos? Infelizmente há discrepâncias gritantes quando se trata do real de vida em que estamos

¹² G1 ESPÍRITO SANTO. *Chuvas no Espírito Santo: Mimoso do Sul registra mortes, alagamentos e casas destruídas*. G1 ES, Vitória, 24 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2024/03/24/mimoso-do-sul-decreta-calamidade-publica-apos-fortes-chuvas.ghtml> Acesso em: 05 set. 2025.

inseridos, não é possível tratar todos os indivíduos ou grupos de maneira homogênea, ignorando as suas diferenças e contextos específicos, ainda mais quando se trata de impactos e catástrofes ambientais causadas pelas mudanças climáticas. O conceito de racismo ambiental vem para falar a partir desse lugar de que: não somos todos iguais e o meio ambiente não atinge todos da mesma forma. Segundo o importante pensador negro, Kabengele Munanga (2008, p. 55 a 57):

sem dúvida, todos os racismos são abomináveis e cada um faz as suas vítimas do seu modo. O brasileiro não é o pior, nem o melhor, mas ele tem as suas peculiaridades, entre as quais o silêncio, o não dito, que confunde todos os brasileiros e brasileiras, vítimas e não vítimas [do racismo].

Como destaca Munanga (2004), para entender o racismo no Brasil, é importante diferenciá-lo de outras formas de opressão conhecidas, como o nazismo, o *apartheid* sul-africano ou a discriminação racial nos Estados Unidos no século XX, em que o racismo era claramente visível e legalmente estabelecido. No Brasil, o racismo se manifesta de forma diferente, mas igualmente estruturada, refletido, entre outros aspectos, nas injustiças ambientais que afetam a população negra, especialmente em áreas periféricas e vulneráveis. A expressão racismo ambiental ganhou espaço em alguns movimentos quilombolas, mas foi desprezado pelo movimento negro metropolitano acadêmico. O desprezo em relação ao tema se deve ao fato de que, como já vimos, para a ciência, a noção de raça não existe.

No entanto, a maioria dos pobres no Brasil são negros, indígenas e nordestinos. Dados da PNAD Contínua de 2021 (IBGE) mostram que a população negra (pretos e pardos), embora represente uma grande parcela do total de brasileiros, é desproporcionalmente afetada pela pobreza, com mais de 60% da população pertencente a esse grupo, o que reflete desigualdades históricas e estruturais profundas. O Censo 2020 do IBGE também revela que o Nordeste é a região com o maior índice de pobreza do país, com 40% de sua população vivendo nessa condição, enquanto outras regiões, como o Sudeste e o Sul, apresentam taxas muito menores. Além disso, o Censo de 2010 apontou que 37,4% da população indígena vivia abaixo da linha da pobreza, com rendas significativamente menores do que a média nacional. Embora a injustiça social seja um problema grave, ela muitas vezes não recebe a atenção que merece. Infelizmente, essa realidade é tratada como normal, como algo com o qual convivemos, mesmo sendo evidentemente injusto – mas, e daí? No entanto, quase ninguém deseja ser visto como racista (HERCULANO, 2006).

As comunidades quilombolas são formadas por descendentes de africanos escravizados que resistiram à opressão colonial ao fugirem das fazendas e se estabelecerem em territórios afastados dos centros urbanos. Essas comunidades consolidaram formas próprias de organização social, baseadas em tradições culturais, modos de vida coletivos e forte vínculo com a terra (ALMEIDA, 2006). A Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito dessas populações à propriedade de seus territórios, o que foi regulamentado pelo Decreto n.º 4.887/2003, que institui critérios e procedimentos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a autoidentificação é o principal critério para o reconhecimento de um grupo como comunidade quilombola, em consonância com os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção 169 da OIT.

Entende-se que as populações negras que formam as comunidades quilombolas, são originadas da diáspora africana, e conseguiram manter suas culturas e práticas vivas, mesmo diante das adversidades impostas pela sociedade colonial. Segundo Stuart Hall (2006), a diáspora africana não se limita a uma mera dispersão geográfica, mas envolve uma luta contínua pela afirmação da identidade e resistência à marginalização. Ele destaca que “a diáspora africana reflete não apenas uma dispersão geográfica, mas também uma luta constante para afirmar identidades e resistir à marginalização” (HALL, 2006). Assim, os quilombos, como o de Palmares, são exemplos concretos dessa resistência, onde a população negra não apenas se refugia da escravidão, mas também reconstrói e preserva suas tradições culturais em um contexto de opressão.

Nesse sentido, é fundamental incorporar também a concepção de quilombo desenvolvida por Maria Beatriz Nascimento, que amplia o entendimento desse espaço para além de um simples refúgio da escravidão. No documentário *Ori* (1989), a autora ressalta que o quilombo é um território vivo, constituído tanto no espaço físico quanto no corpo e na memória coletiva da população negra. Para Nascimento, o quilombo é expressão de continuidade histórica e de resistência cultural, pois não apenas guarda tradições, mas também recria identidades, afirmando a existência negra em meio a um contexto de constante opressão. Assim, ao relacionar a noção de diáspora trazida por Stuart Hall (2006) com a perspectiva de Nascimento, compreende-se que os quilombos são mais do que espaços geográficos: são territórios corporais e simbólicos que

sustentam a luta por dignidade, pertencimento e justiça social.

O quilombo, nesse sentido, não é apenas um espaço físico de refúgio, mas uma expressão de continuidade histórica que conecta passado, presente e futuro da população negra. Para além da fuga da escravidão, ele simboliza a construção de um território de pertencimento, de elaboração cultural e de afirmação política. É no quilombo que se preservam memórias, práticas comunitárias e formas de organização social que desafiam a lógica colonial e racista. Por isso, compreender o quilombo como território vivo é reconhecer sua centralidade na luta por justiça racial e ambiental, bem como sua importância como espaço de vida e dignidade para as comunidades negras no Brasil.

Segundo o Guia de cadastramento de famílias quilombolas (2016), as comunidades quilombolas são grupos com identidade cultural única e se formaram via processo histórico, que se iniciou nos tempos da escravidão no Brasil. Até o ano de 2022, o Censo demográfico do IBGE apontava a existência de 7.666 comunidades quilombolas registradas e demarcadas no Brasil, cuja maioria localizava-se no Nordeste. Considerando a realidade diversa brasileira, o racismo ambiental atinge diferentes grupos racializados e tradicionais, como essas comunidades quilombolas, por exemplo, que vivem em constante luta para superar as mazelas do racismo, lidar com o avanço da monocultura do agronegócio de eucalipto ou cana, que ameaça suas terras, e com as catástrofes ambientais, agravadas pela falta de políticas públicas eficazes.

No Rio Grande do Sul, são mais de 170 comunidades quilombolas, conforme levantamento da Fundação Cultural Palmares (2023). Essa distribuição está relacionada à própria dinâmica histórica da escravidão na região sul e ao processo de reorganização territorial pós-abolição. Muitas dessas comunidades foram formadas por libertos que se estabeleceram em áreas rurais e desenvolveram modos de vida autônomos, voltados à agricultura de subsistência, à pesca e a práticas tradicionais (CARDOSO, 1977). A presença quilombola no estado é marcada por resistência, mas também por processos sistemáticos de invisibilização.

A concepção de racismo ambiental destaca essa injustiça ao mostrar que essas comunidades quilombolas suportam, de forma desproporcional, os custos sociais e ambientais impostos pelo capitalismo neoliberal (RANGEL, 2016). Segundo Herculano (2004), essa exclusão se torna socialmente "justificada" devido à crença na existência de "raças", que naturaliza a ideia de que certos grupos podem sim viver sem

saneamento básico, próximos a lixões, em áreas de risco e sujeitas a despejos forçados, reforçando um ciclo contínuo de marginalização. Isso os torna especialmente vulneráveis a impactos ambientais, como demonstraram as enchentes de 2024, que agravaram desigualdades históricas enfrentadas por essas comunidades.

2.3 Justiça e Injustiça ambiental

O que se entende por justiça ambiental nos dias atuais? É possível imaginar um ambiente que seja justo e acessível para todas as pessoas? Todos nós sofremos igualmente com os impactos negativos decorrentes das questões ambientais? Ou os impactos das crises climáticas e ambientais atingem em maior proporção uma parcela da população? Estes são alguns dos questionamentos essenciais que vêm à mente quando pensamos nos desafios deixados pelas tragédias climáticas.

Dessa forma, discutir o meio ambiente, a natureza, é falar de um espaço comum, de compartilhamento por toda a sociedade. Por isso, a Constituição Federal do Brasil, em conjunto com as legislações ambientais vigentes, estabelece mecanismos para promover a justiça ambiental a todos os cidadãos, conforme delineado no Artigo 225, Capítulo VI da Carta Magna.

[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (CONSTITUIÇÃO, 1988).

Sabe-se que o conceito de justiça ambiental surgiu pela primeira vez nos movimentos sociais dos Estados Unidos, particularmente entre grupos engajados nas lutas dos cidadãos afrodescendentes. Emergindo por volta de 1960, o movimento denunciava a maior exposição deste grupo aos riscos ambientais ocasionados pelos empreendimentos da época (ACSELRAD, HERCULANO E PÁDUA, 2004). Segundo os autores, a justiça ambiental passou a fazer parte não apenas da pauta dos movimentos ambientais, mas também foi incluída nas diretrizes dos movimentos sociais, que passaram a considerar uma ligação entre questões ambientais e sociais. Em outras palavras, atualmente entende-se que a crise ambiental também é vista como crise social.

A justiça ambiental pressupõe que nenhum grupo de pessoas, seja grupo étnico, racial ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional dos impactos ambientais negativos. Por outro lado, existe a injustiça ambiental, que ocorre quando a

elite detentora do capital monopoliza e se apropria dos recursos naturais, desfrutando dos benefícios usufruídos do meio ambiente, enquanto os custos ambientais, como poluição e manipulação, são desigualmente impostos para populações, em que determinados grupos sofrem mais do que outros (RANGEL, 2015).

No Brasil, o termo tem ganhado destaque após o desastre de Mariana (2015)¹³, em Minas Gerais (Nova, 2024). Na época, uma barragem da mineradora Samarco se rompeu, jogando rejeitos na bacia do Rio Doce, destruindo uma cidade próxima e matando 19 pessoas. Segundo o portal Uol, das vítimas imediatas do rompimento, 84,5% eram negras. E esse cenário se repetiu em 2019, na cidade de Brumadinho (MG)¹⁴. Os dois bairros mais impactados pela onda de rejeitos tinham como maior parte da população pessoas negras.

Quando paramos para olhar a distribuição geográfica da população nas maiores cidades do Brasil, é notável a presença significativa de favelas e construções irregulares em áreas de difícil acesso, muitas vezes desprovidas de saneamento básico. Todos os anos, em períodos de maiores precipitações, ocorrem deslizamentos de terra e inundações que causam catástrofes humanas. A maior parte das vítimas e do número de óbitos são moradores de favelas, pescadores artesanais, pequenos agricultores, comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e demais populações tradicionais, cuja maioria descende de negros escravizados e povos indígenas que tiveram seus territórios invadidos e foram forçados a migrar para os centros urbanos (COELHO, 2022). Como apontou Milton Santos, em entrevista ao programa *Roda Viva* (1997), a lógica urbana brasileira expressa a desigualdade social e racial, pois a organização das cidades reflete quem é autorizado a ocupar os espaços valorizados e quem é empurrado para as margens, em territórios marcados pela precariedade e pela ausência de políticas públicas.

Todo esse cenário é ainda mais pesado, e acaba por se configurar constantemente como casos de injustiça socioambiental no Brasil, se pensarmos na poluição dos rios, no uso intensivo de agrotóxicos e na expulsão das comunidades tradicionais de seus territórios (ACSELRAD, HERCULANO E PADUA, 2004).

¹³ Rádio Ponte Nova. Tragédia de Mariana: Quilombolas denunciam racismo ambiental à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em <https://www.radiopontenova.com.br/tragedia-de-mariana-quilombolas-denunciam-racismo-ambiental-a-comissao-interamericana-de-direitos-humanos/>. Acesso em 19 dez. 2024

¹⁴ CARVALHO, Diana ; SHIMIDT, Fernanda. Racismo ambiental: porque algumas comunidades são mais afetadas por problemas ambientais. São Paulo. Matéria publicada no Ecoa Uol. Disponível em [https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/racismo-ambiental-comunidades-negras-e-pobres-sao-mais-afetadas-por-crise-climatica/#:~:text=Os%20maiores%20desastres%20ambientais&text=Das%20v%C3%AAdtimas%20imediatas%20do%20rompimento.at%C3%A9%20chegar%20ao%20Oceano%20Atl%C3%A2ntico](https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/racismo-ambiental-comunidades-negras-e-pobres-sao-mais-afetadas-por-crise-climatica/#:~:text=Os%20maiores%20desastres%20ambientais&text=Das%20v%C3%AAdtimas%20imediatas%20do%20rompimento.at%C3%A9%20chegar%20ao%20Oceano%20Atl%C3%A2ntico.). Acesso em 19 dez. 2024.

Assim, a noção de justiça ambiental surgiu para se contrapor às dimensões ambientais das injustiças e desigualdades sociais, visando um futuro em que sejam superadas. Acselrad (2004) argumenta que a justiça ambiental envolve princípios que garantem que nenhum grupo social, seja por etnia, raça ou classe, responsável de forma desproporcional pela degradação do espaço coletivo.

No Brasil, é comum comunidades tradicionais, como ribeirinhos e quilombolas, sofrerem injustiças sociais diante de tragédias ambientais. Judith Shklar defende que a percepção das vítimas é central para se distinguir entre uma fatalidade ou má sorte de uma injustiça, de forma a se conectar prioritariamente com o senso de injustiça da vítima (SHKLAR, 1990, p. 1-14). Com essa caracterização, entende-se que o fenômeno de injustiça social ocorre em um país quando os impactos dos desastres ambientais recaem de forma desproporcional sobre populações socialmente vulneráveis, por exemplo, a enchente de maio de 2024 no Rio Grande do Sul.

3. MÍDIA, RACISMO E A CONSTRUÇÃO DA TRAGÉDIA

Neste capítulo, o foco é na lente midiática. O capítulo busca entender como a mídia enxerga (ou escolhe não enxergar) as tragédias ambientais, especialmente quando envolvem populações racializadas. Trata-se de um convite a pensar como a tragédia é construída comunicacionalmente e quem é autorizado a narrá-la.

3.1 Teorias do jornalismo e da comunicação de catástrofes

A crise ambiental é como um fantasma que assombra o mundo, um pesadelo que assusta as pessoas, que não oferece direções claras sobre como transformá-lo em atitudes responsáveis. A incerteza gera angústia, dificultando a mobilização para ações solidárias ou soluções eficazes diante de uma emergência que parece seguir um curso inevitável, enquanto a humanidade se vê impotente diante das consequências de seus próprios atos.

Nesse ponto que emerge a função social do comunicador da questão ambiental. Para exercer esse papel, o jornalista precisa não apenas compreender a complexidade das questões ambientais, mas também saber questionar especialistas, tornando-se um mediador que oferece ao público uma visão crítica e esclarecedora. Somente por meio da disseminação de informações relevantes e acessíveis sobre a urgência do problema será possível enfrentar esse desafio histórico, que exige tanto respostas individuais quanto coletivas. Esse é o caminho apresentado por Eloisa Beling Loose em *Jornalismos e Crise Climática: Um estudo desde o Sul Global sobre os vínculos do jornalismo com a colonialidade* (2024) para entender a função social do jornalista e do comunicador ambiental.

O jornalismo é pautado por fatos que rompem com a normalidade do dia a dia, ou seja, quanto maior for o impacto de um acontecimento na realidade, maior a chance de ele ser veiculado pela mídia. Nelson Traquina afirma que “os valores-notícia são um elemento básico da cultura jornalística que os membros desta comunidade interpretativa partilham” (2005, p.94). Quando um fato é inserido no contexto jornalístico, ele passa a ser reconhecido como um acontecimento. Esses acontecimentos podem ter diferentes naturezas, mas se tornam notícia devido à relevância que lhes é atribuída pelo jornalista, que atua como um verdadeiro caçador de informações. No entanto, além dos métodos tradicionais da profissão, os fatores

estruturais que influenciam o processo, podem modificar os resultados esperados da prática jornalística.

Eventos catastróficos como enchentes, deslizamentos e outras tragédias ambientais frequentemente mobilizam ampla cobertura midiática. A forma como esses eventos são narrados, enquadrados e distribuídos por veículos jornalísticos e outros modelos comunicacionais revela muito mais do que uma simples descrição dos fatos: ela é atravessada por escolhas, editoriais, disputas simbólicas e relações de poder. Até o momento, a cobertura jornalística predominante tem tratado a questão ambiental de forma secundária. Mesmo o jornalismo alternativo, crítico e comprometido com causas sociais, aqui chamado de jornalismo "não hegemônico", tem se restringido, em grande parte, à simples divulgação de eventos relacionados ao meio ambiente. Isso inclui tanto encontros globais sobre mudanças climáticas quanto desastres naturais de grande impacto, como furacões, ciclones e ondas de calor, que só ganham visibilidade quando resultam em tragédias de grande escala, como foi o caso do furacão Katrina, amplamente noticiado em nível mundial.

Nos grandes veículos de comunicação, há espaço ocasional para profissionais que se dedicam a analisar questões ambientais. Redes como *CNN* e jornais como *O Globo* costumam cobrir essas pautas indo até os locais afetados, captando imagens e relatos das comunidades atingidas. Quando se alinham a discursos que cobram justiça ambiental, geralmente limitam-se a pressionar governos a assumirem suas responsabilidades. Uma cobertura mais aprofundada ocorre apenas em casos específicos, como em documentários investigativos que desmascaram práticas fraudulentas no setor ambiental. Além disso, há também reportagens que denunciam a impunidade em torno dos assassinatos de ativistas ambientais e líderes comunitários que lutam pela preservação de seus territórios.

As teorias do jornalismo sobre catástrofes apontam que a mídia tende a enfatizar o aspecto espetacular e emergencial dos eventos, concentrando-se em imagens de destruição, no número de vítimas e na dramaticidade dos relatos (TRAQUINA, 2005). A mídia frequentemente prioriza cenas e narrativas de sofrimento, perdas materiais e ações emergenciais. Essa abordagem e enquadramento jornalístico, muitas vezes, silencia as causas estruturais da tragédia, como políticas urbanas excludentes, racismo ambiental ou negligência histórica do Estado.

A ideia de “racionalidade da exceção” discutida por Eliane Brum (2007), ajuda a entender esse fenômeno. A tragédia, quando apresentada como um evento isolado,

inesperado ou imprevisível, perde sua ligação com processos históricos de desigualdade. Abordagem também relacionada à dinâmica da produção jornalística, em que o *ethos* que define o jornalista é o de um personagem inquieto, movido pela urgência da notícia, que se arrisca na busca por informações (LOOSE, 2024). O problema é que essa urgência muitas vezes não permite o tempo necessário para refletir, assimilar e traduzir questões socioambientais em uma reportagem aprofundada. A necessidade de produzir conteúdo rápidos e impactantes pode levar à superficialidade na cobertura desses temas, resultando em narrativas que enfatizam o drama imediato, mas deixam de lado as causas estruturais e históricas dos problemas ambientais (LOOSE, 2024).

Ao tratar tragédias ambientais como episódios isolados, o jornalismo reforça a ideia de que são eventos desconectados de políticas públicas ineficazes, da exploração predatória dos recursos naturais e da marginalização de comunidades vulneráveis. Para que haja uma mudança nesse cenário, é fundamental que a imprensa não apenas informe, mas também contextualize e relacione os desastres a processos mais amplos, permitindo que as pessoas compreendam suas raízes. Além disso, cabe ao jornalismo comunicar o caráter de urgência e emergência dessas situações, de forma clara e acessível, cumprindo seu papel social de informar verdadeiramente a população, muitas vezes leiga em relação ao funcionamento da imprensa, e possibilitar que ela compreenda tanto os riscos imediatos quanto as causas estruturais dos desastres.

No entanto, a maneira como a mídia enquadra e distribui as narrativas não se limita ao conteúdo jornalístico em si, mas também está profundamente atrelada às plataformas de comunicação utilizadas. A digitalização do jornalismo e a ascensão das redes sociais transformaram os fluxos de informação, alterando a forma como discursos sobre catástrofes ambientais são construídos e disseminados.

3.2 Plataforma, discurso e visualização

Em um cenário de emergência climática, onde cada minuto importa, as plataformas digitais se tornaram agentes centrais na forma como os dados ambientais são coletados, visualizados e interpretados. Mas que tipo de discurso elas reforçam? E o que elas silenciam?

O discurso no meio digital apresenta particularidades enunciativas, que Marie-Anne Paveau denomina como tecnodiscursos. Esse tipo de discurso, totalmente

imersivo do meio digital, é descrito pela autora como integrado a diversos suportes que só existem nas redes:

A produção e recepção discursivas, no modo on-line, envolvem gestos de leitura na Internet, inseparáveis de enunciados (clique, role, toque); os tecnodiscursos têm uma dimensão relacional, sendo todos, em graus variados e em diversas configurações, de ligações técnicas para outros enunciados. (PAVEAU, 2021, p. 159)

A especificidade do discurso online não está apenas no suporte material, mas nos acessos externos que a rede proporciona, como a clicabilidade, deslinearização e hiperlinks. Como afirmam Giering et al. (2021, p. 34), “em contextos digitais, lidamos com hipertextos e, assim, existe intrinsecamente uma complexificação das estratégias de textualização e outras restrições de natureza técnica”. Logo, entende-se que no ambiente digital, a produção de sentidos passa a ser compartilhada e conectada com diferentes formatos e discursos. A comunicação ocorre de forma polivalente, ou seja, integrada com textos, imagens, vídeos e links que interagem entre si. Isso cria uma dinâmica colaborativa, em que as mensagens são constantemente ampliadas e modificadas por diferentes usuários, formando um conjunto diverso de significados e interpretações.

Dessa forma, estudar redes e as relações e conversações nelas presentes tem se tornado cada dia mais uma tarefa complexa. Isso se deve a estrutura hiperconectada e à grande quantidade de dados gerados o tempo todo e das diversas conexões possíveis entre os discursos que os enunciados podem assumir. As ferramentas de visualização e os métodos de análise visual de redes podem ajudar nesse processo e, facilitar a compreensão de situações de crise, pois permitem identificar com mais clareza os temas centrais e os perfis mais influentes em determinados contextos. Isso acontece ao concentrar a atenção nos principais tópicos discursivos e atores envolvidos proporcionando análises mais precisas, direcionadas e eficientes, dentro das plataformas.

A análise de redes sociais surgiu como uma ferramenta essencial para entender as dinâmicas de comunicação, trocas e interação no ambiente digital. Mas, a base que hoje compreendemos como análise de redes estruturais se originou-se de uma área específica da matemática: A Teoria dos Grafos, introduzida por Leonhard Euler no século XVIII com o famoso problema das sete pontes de Königsberg. A estrutura formada por vértices e arestas mostrou que a representação gráfica pode ser uma ferramenta útil para entender relações entre diferentes elementos, seja em contextos

sociais, econômicos, biológicos ou outros. Mas foi apenas em 1954 que, pela primeira vez, se utilizou o conceito de "rede social (*social network*) por intermédio do antropólogo britânico Jonh A. Barnesel" (Fialho, 2014, p.11). Os avanços tecnológicos do século XX foram importantes para a descoberta de características intrínsecas aos sistemas complexos, que Barabási (2009) descreve como aqueles em que propriedades globais não são diretamente previsíveis a partir das partes isoladas. Portanto, as redes frequentemente mostram estruturas não aleatórias, marcadas por grupos espaciais que representam uma narrativa, comportamento ou tendência dominante que se destaca no todo. Como apontado Przemyslaw et al., essas redes possuem um núcleo densamente conectado que serve de ligação para diferentes partes do sistema, facilitando tanto a coesão quanto a disseminação de informação.

Atualmente, compreendemos que as redes possibilitam uma análise precisa e detalhista de como opera a organização, interação e relação de grupos sociais entre si e com outros, assim como de indivíduos. Venturini et al. (2015) explicam que:

Nossa fascinação por redes não é injustificada e não é nova, as redes têm provado ser objetos matemáticos poderosos, capazes de lidar com as mais diversas situações em que a conexão de elementos discretos está em jogo. No entanto, a recente popularidade das redes deriva menos de seu poder computacional e mais de suas pregnâncias visuais. Nos últimos anos, a disponibilidade crescente de softwares para manipulação de redes transformou os gráficos em algo que pode ser visto e manipulado. (VENTURINI et al, 2015, p.2)

O campo da análise visual de redes contribui significativamente para a compreensão de estruturas sociais complexas, ao transformar dados abstratos em representações gráficas que evidenciam conexões e padrões. No contexto da análise de discurso em rede, essa dimensão visual não apenas amplia o entendimento sobre a circulação de sentidos, mas também potencializa a identificação de relações de poder, silenciamentos e disputas simbólicas. Para tanto, é fundamental compreender a estrutura que sustenta essas visualizações, o grafo. Recuero (2017) define o grafo como:

Uma representação de dois conjuntos de variáveis (nós e conexões). Concebendo uma rede social como uma dessas representações, os nós seriam os atores sociais (compreendendo esses atores como organizações sociais, grupos ou mesmo indivíduos no conjunto analisado) e suas conexões (aqui entendidas como os elementos que serão considerados parte da estrutura social, como interações formais ou informais, conversações etc.) (RECUERO, 2017, p. 23).

Quando um conjunto de nós em uma rede apresenta conexões mais intensas entre si do que com o restante da rede, forma-se o que chamamos de comunidades. Isso acontece, por exemplo, quando os amigos de uma pessoa também são amigos entre si, criando grupos coesos. Essas estruturas ajudam a fortalecer os laços sociais, além de facilitar a circulação de informações e o desenvolvimento da confiança entre os membros. Recuero (2009) chama esses agrupamentos de clusters. Normalmente, essa proximidade está associada a uma densidade maior, ou seja, possuem mais conexões internas ou nós dentro de uma comunidade em comparação com outras partes da rede. Além disso, dentro desses clusters é possível identificar a formação de subcomunidades, que podem formar laços mais robustos. Logo, “uma comunidade, assim, constitui-se em uma estrutura de nós que estão mais próximos, mais agregados, mais conectados que os demais em uma rede social” (RECUERO, 2009, p. 148).

De maneira geral, a estrutura de um grafo não apenas reforça os agrupamentos e os laços sociais preexistentes, como também exerce um papel central na disseminação de informações. Essa estrutura é composta por nós e arestas, organizando-se frequentemente em clusters, subconjuntos densamente conectados que representam comunidades, como grupos de atores, hashtags ou termos semanticamente relacionados. Esses subconjuntos permitem uma análise mais detalhada das interações sociais e da formação de grupos por interesse dentro da rede. Assim como, serve também para organizar de modo visual as grandezas que se estabelecem entre os elementos dentro de uma rede.

3.3 Quem sente mais o impacto de uma catástrofe climática?

Os eventos extremos provocados pelas mudanças climáticas não afetam todas as pessoas da mesma maneira. Mesmo quando o fenômeno natural é o mesmo, como a elevação do nível da água, deslizamentos ou tempestades, seus efeitos são mediados por desigualdades sociais e históricas. Entre 1991 e 2010, mais de 96 milhões de pessoas foram afetadas por 31.909 desastres naturais no Brasil, sendo 8.671 (27%) na década de 1990 e 23.238 (73%) nos anos 2000 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2012). Só em 2011, o Brasil esteve entre os países mais atingidos por desastres naturais no mundo.

Esses desastres que ocorrem com mais frequência no Brasil não têm origem

tectônica, como terremotos ou tsunamis. São, em geral, enchentes, secas, deslizamentos de terra e erosão. Isso revela que raça, classe social, gênero, localização e o acesso a políticas públicas são fatores que influenciam diretamente na vulnerabilidade das pessoas diante de uma tragédia climática. Foi o que vimos nas enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024, quando, em Porto Alegre, as populações de baixa renda foram as mais afetadas, como mostrou o levantamento do Observatório das Metrópoles, que cruzou dados do IBGE com os mapas elaborados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Estudos sobre justiça ambiental e racismo ambiental apontam que populações negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, periféricas e mulheres pobres estão mais expostas aos riscos ambientais. Pesquisas indicam que essas comunidades enfrentam condições adversas devido à falta de políticas públicas e à discriminação sistemática (FERREIRA et al., 2021; SOUZA; LIMA, 2020; OLIVEIRA et al., 2019; ANDI, 2023; PEREIRA; GOMES, 2022). Esses grupos geralmente têm menos acesso a políticas de prevenção, enfrentam dificuldades maiores durante o socorro e levam mais tempo para reconstruir a vida após um desastre. Ou seja, os impactos ambientais não são neutros, eles agravam desigualdades já existentes. Esse cenário reflete diretamente a injustiça socioambiental e o racismo ambiental presentes nas cidades brasileiras. Como aponta Alves (2024), ao analisar os dados sobre Porto Alegre, é possível verificar que o racismo ambiental opera não apenas na invisibilidade midiática, mas também na forma como o território é organizado. A autora mostra que a cor e o CEP são determinantes na exposição de determinados grupos ao risco ambiental:

[...] os bairros com maiores índices de risco ambiental também eram os bairros constituídos majoritariamente por pessoas pretas e pardas, evidenciando o racismo ambiental que a população vem sofrendo. Portanto, buscou-se explorar como o racismo ambiental e a degradação do meio ambiente se apresentam nas condições de vida da população pobre, suburbana e consequentemente majoritariamente negra da capital porto-alegrense através do olhar interseccional histórico e atual entre raça e territorialidade. (ALVES, 2024)

Segundo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), cerca de 9,5 milhões de brasileiros vivem em áreas suscetíveis a desastres naturais. O estudo *População em áreas de risco no Brasil* destaca que muitos desses habitantes enfrentam condições de vida precárias, com “acesso limitado a serviços básicos como água potável, esgotamento sanitário e coleta de lixo” (IBGE, 2010).

Esses déficits estruturais aumentam a vulnerabilidade diante de eventos extremos.

Além disso, há uma notável invisibilidade midiática quando se trata das populações mais afetadas. A cobertura jornalística sobre mudanças climáticas começou a ganhar força nos anos 1980, com a ampliação do debate político e científico sobre o tema (LOOSE, 2024). No entanto, mesmo com o aumento dos eventos extremos, esse tipo de cobertura ainda é limitada. Muitas vezes, a atenção se volta para áreas centrais das cidades e para camadas sociais mais altas, deixando de lado as necessidades das comunidades mais vulneráveis. Como destaca Huberty (2020), a forma como o jornalismo constrói a narrativa dos desastres está envolta em incertezas e inseguranças:

Além de afetar a vida de inúmeras pessoas e gerar uma situação de caos, a ocorrência de um desastre causa ruptura na rotina produtiva jornalística e acaba por expor as dificuldades e a falta de preparo do jornalismo para situações limites. A fim de estabilizar a ordem e reduzir as perturbações provocadas pelo desastre, a jornalista ou o jornalista acaba por interpretá-lo e narrá-lo seguindo determinados padrões (Huberty, 2020, p. 60).

Elementos como a identificação das causas, os desdobramentos e as denominações atribuídas aos desastres (SOUZA, 2019 apud HUBERTY, 2020), bem como o testemunho das vítimas, dos jornalistas que acompanham os acontecimentos, as declarações de autoridades e especialistas, além de relatos emocionais de pessoas afetadas, são componentes recorrentes na narrativa jornalística sobre tragédias socioambientais (HUBERTY, 2020). Essa abordagem, contudo, não deve se restringir ao momento da calamidade. Como defende Valencio (2012), é preciso continuar acompanhando a situação após o chamado “dia do desastre”. Ribeiro (2019) alerta que o racismo opera também por omissão e silenciamento. No contexto das enchentes, a ausência de narrativas quilombolas nas mídias hegemônicas reafirma o processo de apagamento sistemático das dores negras.

O racismo é estruturante da sociedade brasileira, ou seja, não se trata de um fenômeno isolado ou de atos individuais e esporádicos. É uma estrutura que organiza a sociedade, afetando a vida das pessoas negras em todas as suas dimensões. Por isso, o combate ao racismo deve ser um compromisso de todos. A ideia de que racismo é algo do passado, que já foi superado, impede que ações concretas sejam tomadas. O primeiro passo para combater o racismo é reconhecê-lo, nomeá-lo e entender como ele opera nas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais do país. (RIBEIRO, 2019, p. 14-15)

Nesse sentido, os meios de comunicação social têm um papel fundamental:

informar a população sobre decisões e políticas ambientais e garantir que ela tenha condições de se proteger e agir diante dos riscos, como afirma Girardi e Loose (2017). As autoras defendem que o jornalismo tem um papel social a cumprir: o de “empoderar os cidadãos por meio de informações qualificadas” (p.157), e isso inclui trazer contextualização principalmente antes de um desastre para que a população possa agir.

Os relatos testemunhais também são essenciais na cobertura jornalística. O papel das fontes testemunhais na cobertura jornalística de desastres é amplamente reconhecido por sua capacidade de conferir densidade humana e autenticidade aos relatos midiáticos. Conforme destaca Amaral (2015), os testemunhos ajudam a dar densidade humana aos acontecimentos e tornam mais visíveis as vivências de grupos historicamente ignorados pela mídia. Ao dar voz a essas vivências individuais, o jornalismo contribui para a construção de uma memória coletiva do evento, ampliando a representatividade das narrativas e permitindo o reconhecimento de outras perspectivas sobre a tragédia.

Nesse mesmo sentido, Huberty (2020) argumenta que os testemunhos, ainda que obtidos de forma pontual e durante o desenrolar do desastre, são fundamentais para atribuir verossimilhança ao acontecimento. Segundo a autora, esses relatos “carregam a experiência vivida e o drama do acontecimento” (HUBERTY, 2020, p. 72), sendo, portanto, constitutivos da narrativa jornalística, que se estrutura a partir da articulação entre múltiplas vozes. Para além das vítimas e jornalistas, também compõem essa narrativa, autoridades públicas, especialistas técnicos e demais agentes envolvidos na gestão ou compreensão do evento, conferindo complexidade ao relato midiático.

Apesar disso, nem sempre essa cobertura é feita de forma justa ou preventiva. Bueno (2018) aponta que o foco da mídia costuma se voltar aos desastres apenas quando a crise atinge níveis extremos. Isso reforça uma lógica espetacularizada da notícia, em que o que importa são as imagens do caos, enquanto as causas estruturais ficam em segundo plano. Depois do desastre, há uma mobilização emergencial por parte do poder público, que pode passar a ideia de que o problema foi resolvido. Mas, como alerta Huberty (2020, p. 71), “após o ‘dia do desastre’, pouca coisa é feita, o que colabora para que novos desastres sigam acontecendo”.

4. A ENCHENTE DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL

No terceiro capítulo, nos debruçamos sobre os acontecimentos concretos da enchente de 2024 no Rio Grande do Sul, com atenção especial às comunidades quilombolas. A intenção aqui é documentar não só o evento em si, mas também as omissões, as ausências e os silenciamentos institucionais e midiáticos diante de uma catástrofe que, embora natural em sua causa, foi profundamente social em seus efeitos.

4.1 O trauma documentado

O Rio Grande do Sul, localizado na região Sul do Brasil, é o quarto estado mais populoso do país, abrigando mais de 11 milhões de habitantes, de acordo com o Censo de 2024 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conhecido por sua diversidade geográfica, o estado conta com extensas planícies, vales e uma ampla rede hidrográfica que, em tempos normais, sustenta a agricultura e abastece as cidades. No entanto, essa mesma configuração natural se tornou uma ameaça quando chuvas intensas e persistentes transformaram rios em correntes furiosas. Mesmo com o sistema de proteção contra inundações, construído na década de 1970, não foi possível evitar a entrada da água na cidade, levando a consequências ainda mais catastróficas do que em 1941. Segundo Saaba (2024), esse sistema foi implementado pelas autoridades do Rio Grande do Sul, que criaram sistemas de contenção nos rios Guaíba e Gravataí, localizados na região metropolitana da capital, após as enchentes históricas que devastaram Porto Alegre e parte do estado em 1941 e 1967. Quando o sistema antienchente foi implantado em Porto Alegre, o objetivo era proteger a capital gaúcha, sendo uma barreira durante desastres climáticos, contendo o nível da água até seis metros. Depois de mais de 50 anos, o sistema sucumbiu às inundações no dia 3 de maio de 2024, quando a água atingiu 4,5 metros de altura e foi suficiente para inundar a capital gaúcha.

Entre 1941 e 1967 (3,11 metros) foram necessários 26 anos para que a marca fosse alcançada. Depois foram precisos outros 56 anos para que a marca fosse atingida. Agora, em apenas nove meses, o Guaíba bateu a marca de 3,00 metros em três oportunidades: setembro, novembro e nesta cheia de 2024 (MetSul, 2024, p. 13).

De acordo com Guimarães (2009), há séculos, o estado gaúcho sofre com os efeitos danosos de chuvas e alagamentos. Entretanto, a última enchente de dimensões

históricas, ocorrida em 1941, durou cerca de 22 dias e deixou milhares de pessoas desabrigadas (GUIMARÃES, 2009). As precipitações de 2024 superaram este recorde. Nas palavras gravadas no documentário “Memórias do Mundo”, de Maria Henriqueta Satt e Ana Luiza Carvalho da Rocha, é possível sentir um pouco da devastação causada por essa tragédia ambiental.

Em 1941 o mundo de Porto Alegre se transformou. Parecia uma coisa que aquilo era um fim do mundo, que está se transformando num fim de mundo. Na enchente de 41 nós passamos na Av. José Montauri de caíco, juntando coisas que vinha água abaixo, que ali se juntava aquelas coisas dos mercados, mas eram coisas assim tanta, tanta, tanta coisa água abaixo que chegava a fazer fila de coisas água abaixo... Bom, quando terminou em 1941, quando terminou a enchente a gente vinha descendo, pelas margens do rio encontrava cadáveres pendurados nos galhos de pau. Com a água baixando eles ficavam ali, aqueles cadáveres, sem saber. Então ali eles pegavam e enterravam ali mesmo nas beiras de água... Então o pai sempre dizia, isso aí é uma força de Deus. Sr. João Mocotó, extrato do documentário “Memórias do Mundo” (Satt e Rocha, 1997)

Primeiro, vieram as chuvas incessantes. Depois, os rios transbordaram, violando casas, estabelecimentos comerciais, plantações, estradas e áreas de vulnerabilidade. Registros oficiais indicam que as chuvas no Rio Grande do Sul começaram no dia 4 de abril e se estenderam com intervalos até 27 de abril. No dia 30 de abril, já haviam sido notificadas, até então, as primeiras oito mortes após os temporais (G1, 2024). Entre o final de abril e 3 de maio, o volume de chuva acumulado aumentou rapidamente. No dia 5 de maio, o Guaíba atingiu seu nível máximo, quando o total de chuva acumulado na bacia hidrográfica chegou a 652 mm em cerca de trinta dias (BBC, 2025).

Durante dez dias, o Rio Grande do Sul viveu sua maior catástrofe climática, em que as enchentes devastaram centenas de municípios, e rompeu com a rotina das pessoas, espalhando medo e desespero. O saldo da tragédia foi de pelo menos 183 mortos, mais de 600 mil pessoas desalojadas e 71.500 desabrigadas (acolhidas em abrigos públicos). Cerca de 2,1 milhões de pessoas foram afetadas. As áreas mais afetadas foram os vales dos rios Taquari, Caí, Pardo, Jacuí, Sinos, Gravataí, além do Guaíba, em Porto Alegre, e da Lagoa dos Patos, em Pelotas e Rio Grande (Nível do Guaíba tem leve elevação e chega a 4,32 metros em Porto Alegre, G1. RS, 2024). Devido a interligação dos rios em questão, as águas das chuvas desaguaram no rio Guaíba, na capital do Estado, atingindo regiões historicamente jamais afetadas.

A combinação de uma massa de ar quente, com a influência do El Niño -

fenômeno climático natural responsável por aquecer as águas do Oceano Pacífico, contribuindo também para que áreas de instabilidade fiquem sobre o Estado -, associada ao aquecimento global, gerou condições climáticas extremas. Vias foram destruídas, pontes ruíram e bairros inteiros ficaram submersos. Muitas famílias tiveram de recomeçar do zero, enquanto outras ainda lutam para reconstruir suas vidas diante de perdas irreparáveis. Centenas delas não poderão mais voltar para suas casas por estas terem sido levadas pela enchente e por estarem em áreas de risco, sendo impossível reconstruí-las no mesmo lugar¹⁵.

Segundo um artigo publicado em maio de 2024 na Agência Brasil, o gaúcho sempre ouviu falar na histórica enchente de 1941, por exemplo¹⁶. Entretanto, as enchentes de 2024 pegaram todos de surpresa, sendo consideradas por muitos como um desastre natural sem precedentes. Mas, será mesmo que foi sem precedentes?

No ano anterior à tragédia, o Rio Grande do Sul já havia registrado 325,1 mm de chuva na estação convencional, três vezes mais que a média histórica de 105,5 mm (INMET, 2023), ou seja, já havia indicativos do que estava por vir (Caxias do Sul teve em 2023 o ano mais chuvoso da história desde o início da medição, em 1961, GZH, 2024). Em 2023, uma sequência de chuvas fortes provocou enchentes em diversas cidades gaúchas. Porto Alegre, a capital do estado, foi uma das mais afetadas, registrando um alto acúmulo de chuva em novembro, tornando-se o mês mais chuvoso para a cidade desde o início da série histórica em 1941 - Rio Grande do Sul foi atingido por uma série de chuvas torrenciais que duraram 22 dias, entre 13 de abril e 6 de maio, que resultou em uma enchente histórica no Rio Guaíba, afetando Porto Alegre e outras 425 cidades do estado (TENENTE, G1, 2024).

Com precipitações acumuladas acima da média histórica, várias áreas urbanas e rurais ficaram submersas, causando a evacuação de milhares de pessoas e deixando muitas famílias desalojadas. A diferença é que, em 2023, os eventos foram causados por um ciclone extratropical, com chuvas concentradas e rápidas, acompanhadas de fortes rajadas de vento, resultando em menos danos (BRASIL DE FATO, 2023).

Para Andrade (2024) as mudanças climáticas que têm sido provocadas pelo

¹⁵ Brasil. Secretaria de Comunicação Social. Mais de 20 mil profissionais ligados ao Governo Federal atuam diretamente no auxílio ao Rio Grande do Sul. Gov.br. 2024 maio 12. Disponível em <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/mais-de-20-mil-profissionais-ligados-ao-governo-federal-atuam-diretamente-no-auxilio-ao-rio-grande-do-sul> Acesso em 18 Dez. 2024.

¹⁶ LABOISSIÈRE, P. Maior catástrofe das história do RS. Artigo publicado em 03 Mai. 2024. Disponível em [https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/estamos-diante-da-maior-catastrofe-meteorologica-da-historia-do-rs#:~:text=Quem%20%C3%A9%20ga%C3%BAcho%20sempre%20ouve,estado%20em%201941%E2%80%9D%C2%20afirmou](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/estamos-diante-da-maior-catastrofe-meteorologica-da-historia-do-rs#:~:text=Quem%20%C3%A9%20ga%C3%BAcho%20sempre%20ouve,estado%20em%201941%E2%80%9D%C2%20afirmou.). Acesso em 12 Dez. 2024.

aquecimento global, aumentam as chances de eventos climáticos extremos em todo o mundo. Isso se dá porque o aumento da temperatura da terra e dos oceanos intensifica essas ações, ocasionando chuvas mais intensas. Como consequência, desastres ambientais se tornam cada vez mais comuns, tanto globalmente quanto em nível nacional. Por conta disso, milhares de comunidades estão sob risco, todos os anos, especialmente em áreas urbanas, que combinam espaços ambientalmente instáveis, como planícies de inundação, morros e encostas. Esses riscos são exacerbados pelo crescimento populacional desordenado e pela falta de políticas públicas efetivas.

De acordo com o pensamento de Lacerda (2024), presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (APAGAN), a catástrofe que assola a população e a biodiversidade do Rio Grande do Sul precisa ser encarada com seriedade, observando o cenário de crise climática vivenciado atualmente. Ademais:

Embora o Rio Grande do Sul seja precursor no Brasil na criação de entidades de defesa do meio ambiente, houve diminuição de áreas preservadas com a expansão do agronegócio, em especial da silvicultura. Com o desmantelamento do código ambiental do estado, cresce o desmatamento e as chuvas têm jogado terra para dentro de leitos dos rios. Isso faz com que eles transbordem e afetem moradias (Lacerda, 2024).

As catástrofes ambientais estão ficando cada vez mais intensas, como uma bola de neve que só cresce causando danos irreparáveis ao cair sob qualquer um ponto frágil de uma região global. Embora o Estado gaúcho seja um precursor no Brasil na criação de medidas de defesa do meio ambiente, houve uma diminuição de áreas preservadas com a expansão do agronegócio. Com o crescimento do desmatamento, em períodos de precipitações, as chuvas têm jogado terra para dentro de leitos dos rios, fazendo eles transbordarem e afetarem moradias. Entre 2013 e 2023, o Rio Grande do Sul foi o estado mais atingido por extremos climáticos no país. Foram 2.758 decretações de emergência e de estado de calamidade, segundo dados do Ministério de Integração e de Desenvolvimento Regional (LACERDA, 2024).

Imagine acordar e perceber que sua vida foi transformada pela força implacável da natureza. A chuva não dá trégua, o rio transborda e a água invade casas, ruas e memórias de seu território. Famílias inteiras veem seus lares sendo engolidos pela correnteza, seus pertences levados sem aviso. Não há como conter o desespero diante do que foi perdido. Depois que a água baixa, em meio à lama e à destruição, moradores se unem. “É muito difícil. Você trabalha a vida toda para construir seu lar e,

de repente, perde tudo. Conversamos para amenizar a dor das famílias e ajudar quem está mais abalado, porque senão a saúde mental e psicológica fica muito fragilizada”, desabafa uma moradora quilombola atingida pelas enchentes no Rio Grande do Sul¹⁷ (León, 2024). A cena poderia ter saído de um filme, mas se trata de uma história vivida por cerca de 6,8 mil famílias quilombolas no Rio Grande do Sul (AGÊNCIA BRASIL, RS, 2024).

Fatores como pobreza, gênero, raça e localização geográfica tornam certos grupos especialmente vulneráveis a eventos climáticos extremos, como secas, enchentes e furacões. De acordo com o Observatório das Metrópoles (2024), a relação entre desigualdades raciais, socioeconômicas e os impactos da enchente em Porto Alegre é evidente quando se observam os dados territoriais. Um dos mapas produzidos pelo estudo compara as áreas mais atingidas na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) com a distribuição da população negra por setor censitário, utilizando como base o Censo Demográfico de 2010. Os resultados indicam que as regiões alagadas coincidem, em grande medida, com territórios habitados majoritariamente por pessoas negras e de baixa renda, cuja média salarial gira em torno de um salário mínimo.

O levantamento mostra que a presença de população negra nas áreas atingidas é, em muitos casos, superior à média dos municípios da RMPA (Observatório das Metrópoles, 2024). Embora bairros de classe média, como Menino Deus e Cidade Baixa, também tenham sido severamente afetados, especialistas apontam que, nesses casos, o agravamento dos impactos se deu por falhas estruturais no sistema de drenagem e controle de cheias, não por ausência de infraestrutura básica, como ocorre nas periferias (UOL, 2024).

4.2 A enchente do Rio Grande do Sul escancara racismo ambiental?

A análise dos territórios mais atingidos pela enchente de 2024 no Rio Grande do Sul revela mais do que um desastre natural: compreendemos que os efeitos desiguais evidenciam um padrão historicamente construído que associa vulnerabilidade ambiental à cor da pele e à condição socioeconômica. O cruzamento entre dados geográficos, socioeconômicos e raciais, como apontado pelo Observatório das Metrópoles (2024), mostra que a população negra e pobre foi

¹⁷ LEÓN, Lucas Pordeus. Quinze quilombos estão totalmente isolados pelas chuvas no RS. Reportagem de veiculação Agência Brasil. 16 Mai. 2024. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/quinze-quilombos-estao-totalmente-isolados-pelas-chuvas-no-rs> Acesso em 19 Dez. 2024.

desproporcionalmente impactada, tanto em termos materiais quanto simbólicos.

Como já foi mencionado, o termo foi cunhado por Benjamin Chavis, nos Estados Unidos, na década de 1980, e refere-se à distribuição desigual dos riscos e danos ambientais, que recaem, de forma sistemática, sobre populações racializadas e empobrecidas (CHAVIS, 1987). Logo, o racismo ambiental reforça o que tem sido amplamente aqui discutido: que regiões onde habitam grupos étnicos minoritários e invisibilizados são geralmente as maiores vítimas dos desastres ambientais, e também as que mais sofrem com os riscos e as intempéries.

No contexto brasileiro, o racismo ambiental se expressa nas periferias urbanas e nos territórios tradicionais, como os quilombolas, ribeirinhas e indígenas, onde há histórica carência de políticas públicas, de infraestrutura adequada e de acesso a direitos básicos como moradia digna e saneamento. O Instituto DACOR, Dados contra o Racismo, junto a outros pesquisadores da Universidade Estadual Paulista (UNESP), lançaram um estudo que cria o Índice de racismo ambiental (IRA). A partir de modelos matemáticos, o estudo evidencia a iniquidade no acesso a moradia, água e esgoto por parte das populações racializadas.

Eventos climáticos extremos no estado do Rio Grande do Sul têm se tornado recorrentes nas últimas décadas, como as enchentes de 1941 e 2023. Contudo, a inundação de 2024 escancarou ainda mais essa lógica perversa. No dia 16 de maio, o condomínio de luxo Lagos de São Gonçalo despejou, durante seis horas, a água dos lagos artificiais da propriedade em uma avenida de acesso ao Canal São Gonçalo, prejudicando o Passo dos Negros, território que beira o córrego. Localizado em Pelotas (RS), o Passo dos Negros concentra uma população preta, parda e de baixa renda (MÍDIA NINJA, 2024). O duto clandestino utilizado pelo conjunto habitacional do condomínio para escoar a água pode ser entendido como um instrumento do racismo ambiental.

Dados do IBGE (2022) indicam que aproximadamente 20,5% da população gaúcha se declara preta ou parda. Essa população está concentrada em áreas como a região metropolitana de Porto Alegre, o Vale do Taquari e o sul do estado, zonas severamente afetadas pelas enchentes. E quando para analisar a situação das comunidades quilombolas, é particularmente ainda mais preocupante e emblemática. Cardoso (1977) já apontava que, no sul do Brasil, o negro escravizado ocupava posições marginalizadas dentro da sociedade escravocrata. Essa marginalização se perpetua no presente, refletida na vulnerabilidade das pessoas negras que moram em

encostas, morros e periferias, diante de desastres ambientais como a enchente de 2024.

Relatos colhidos por veículos como a Agência Pública e o G1 confirmam que, em muitas comunidades, a assistência demorou significativamente mais a chegar do que em regiões centrais e de maior renda. Em entrevista ao G1, o presidente do quilombo Unidos do Lajeado afirmou que 14 casas foram destruídas pela água¹⁸. A inundação e a chuva também atrapalharam a agricultura e a atividade turística local. Para sobreviverem, as famílias contaram com doações de alimentos do Conaq e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Além da destruição física das moradias e lavouras, a ausência de políticas específicas de prevenção e resposta a desastres mostra como essas populações são sistematicamente invisibilizadas pelas instituições públicas.

Além disso, é importante considerar que o tempo de resposta das autoridades e a cobertura midiática dos acontecimentos reforçaram essa desigualdade. As ações emergenciais demoraram mais a chegar às periferias e aos territórios tradicionais, enquanto bairros centrais de classe média receberam assistência mais rápida e visibilidade midiática imediata (FUNDO BRASIL, 2024). Essa diferença evidencia que o racismo ambiental se manifesta de forma estrutural no planejamento urbano, nas políticas ambientais e nas prioridades institucionais.

¹⁸ G1. Não temos como voltar: o impacto das enchentes sobre os quilombos do RS. *G1*, 2 jun. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/06/02/nao-temos-como-voltar-o-impacto-das-enchentes-sobre-os-quilombos-do-rs.g.html>>. Acesso em 13 abr. 2025.

5. METODOLOGIA E CORPUS

O corpus do trabalho foi composto por um conjunto de dados que foi coletado pelo Laboratório de Internet e Ciência de Dados (Labic/UFES) no dia 12 de dezembro de 2024. Para isso, utilizou-se a plataforma *Content Library*¹⁹, ferramenta de coleta disponibilizada pela Meta para pesquisadores, que dá acesso a conteúdo público do Facebook e Instagram, permitindo explorar e analisar dados nestas plataformas, oferecendo uma coleção visual e pesquisável de conteúdo, facilitando a compreensão do que está a acontecer nas plataformas da Meta. Neste caso, utilizamos essa plataforma a fim de extrair publicações do Instagram. A partir disso, montamos uma *query*, que são comandos que retornam informações armazenadas em um banco de dados, para coleta com o termo “Racismo ambiental”. Depois da extração partimos para a organização e limpeza do dataset gerado, que teve o apoio do Ford, *software* desenvolvido pelo Labic Ufes.

Inicialmente, realizamos a primeira mineração e limpeza dos dados por meio de um processo de filtragem e organização para a eliminação de postagens de duplicidades. Esse processo é denominado *merge*, que significa união de dados, pelo *software* Ford/Labic, a fim de organizar todos os dados coletados em um único arquivo. Após, o arquivo passou por processamentos internos realizados pelo mesmo *software*, em especial os *scripts* automatizados de *column_fix* e *search_url*, que tratam e organizam colunas brutas da extração para padronizar os dados e uma segunda coleta que visa buscar as urls das postagens originais. Essa etapa é fundamental para garantir consistência dos dados e possibilitar análises e interatividades futuras.

Para realização desta monografia, a delimitação temporal do corpus abrange o período de novembro de 2023 a novembro de 2024, considerando apenas conteúdos que contêm o termo “racismo ambiental”. Inicialmente, foram coletadas 19.952 publicações (Figura 1). A partir disso, realizamos a segunda etapa de limpeza dos dados, dessa vez manualmente, analisando linha por linha dos conteúdos que haviam sido coletados, com a exclusão de conteúdos publicitários e postagens que não abordavam diretamente o tema. Após essa triagem, restaram 1.498 publicações.

Ao examinar mais atentamente esse conjunto, verificou-se a necessidade de uma nova filtragem, com foco na pertinência temática dos conteúdos em relação à

¹⁹ <https://transparency.meta.com/pt-pt/researchtools/meta-content-library/>

enchente ocorrida no estado do Rio Grande do Sul em 2024. Assim, restaram 866 linhas e 35 colunas, que dizem a respeito sobre o tema desta pesquisa (Figura 2), entre elas informações detalhadas sobre postagens e perfis de usuários, como: *name*, *username*, *likes*, *message*, *caption*, *comments*, *followersCount*, *mediaCount*, *time*. Assim, foi criado, inicialmente, uma base com seis clusters distintos que podemos ver presentes na Tabela 1.

Tabela 1 – Clusterização

Cluster	Conceituação	Argumento analítico
Ajuda durante a enchente, ou desvio de ajuda	Publicações que denunciam problemas na distribuição de recursos, corrupção, ausência do Estado ou ineficiência da logística de ajuda.	Evidencia a atuação desigual do poder público e a mobilização autônoma da população. Mostra como o apagamento das comunidades racializadas também se dá pela falta de assistência.
Enchente - Rio Grande do Sul	Postagens com foco geral na tragédia, volume de chuva e imagens de destruição. Narrativas amplas e impessoais.	Representa o discurso hegemônico que naturaliza a tragédia, sem abordar desigualdades estruturais como raça e classe. Serve de contraponto aos clusters mais críticos.
Imprensa e redes sociais	Conteúdos que falam sobre a tragédia do Rio Grande do Sul, e foram veiculados nas redes sociais. Ou conteúdos que discutem o papel da mídia e das redes na visibilidade (ou não) das comunidades atingidas.	Mostra a disputa de narrativas entre mídia tradicional e mídias alternativas. Enfatiza o papel das redes sociais na denúncia e mobilização coletiva.
Racismo ambiental	Publicações que utilizam explicitamente a hashtag ou o conceito de racismo ambiental para denunciar desigualdades raciais em tragédias.	É o núcleo crítico da rede, onde se articula o discurso político sobre desigualdade estrutural e justiça ambiental. Reflete maior consciência racializada do problema.
Racismo ambiental e Enchente do RS	Intersecção entre os discursos sobre a enchente e o racismo ambiental, incluindo denúncias quilombolas.	Cluster central na articulação entre território e raça. Mostra como as narrativas quilombolas ganham visibilidade em certos momentos, embora ainda sejam periféricas no todo da rede.
Rio de Janeiro	Postagens que comparam ou mencionam tragédias anteriores (como as enchentes no Rio de Janeiro, na Zona Norte e Baixada Fluminense, para traçar paralelos com o RS.	Indica a memória social e o padrão recorrente das tragédias em áreas racializadas. Reforça o argumento de que não são casos isolados, mas estruturais.

Fonte: A própria autora.

Com o conjunto de dados refinado, começamos a classificá-los em cinco cores: verde claro para postagens que abordam a enchente de 2024 no Rio Grande do Sul; verde escuro para aquelas que relacionam a enchente ao racismo ambiental; rosa para conteúdos que discutem racismo ambiental de forma geral, sem vínculo com a enchente; lilás para publicações com foco em pedidos de ajuda ou solidariedade

leitura dos dados nas bibliotecas de visualização utilizadas.

Um passo essencial nessa fase foi a criação da coluna engajamento, resultado da soma ponderada entre curtidas (*likes*) e comentários (*comments*). Essa métrica foi utilizada como critério de peso e relevância para os nós das redes visualizadas, permitindo representar graficamente o impacto de cada postagem. A criação dessa coluna possibilitou organizar os nós com base em sua centralidade e participação na dinâmica da rede, atribuindo maior ou menor destaque aos elementos conforme sua performance.

Com o dataset classificado, foram realizados dois processamentos analíticos, novamente com auxílio do *software Ford/Labic*, resultando um tipo de rede de visualização de dados. Denominada *wordgraph*, trata-se de uma rede léxica que evidencia a relação entre os termos mais utilizados nas postagens, ou seja, uma rede de palavras. Assim temos em um grafo a representação da conversação que ocorreu no período, partindo das 150 palavras únicas mais recorrentes no dataset e relacionando cada uma delas a outras 15 que aparecem mais frequentemente associadas a elas. Com as redes estabelecidas, realizamos a modelagem do grafo por meio do *software Gephi*²⁰. “Gephi é um software de exploração e manipulação de redes de código aberto. Os módulos desenvolvidos podem importar, visualizar, espacializar, filtrar, manipular e exportar todos os tipos de redes” (Bastian, et al, 2009, p.1).

A realização da modelagem dos clusters apresentados na presente monografia contou com duas principais métricas estatísticas: a de modularidade e de grau ponderado. A estatística de modularidade é uma medida que avalia a estrutura da rede de forma a identificar e mensurar a força da divisão da rede dos clusters (Borba, 2013). Os clusters são subgrupos de nós que possuem uma alta densidade de conexões entre si e uma baixa densidade de conexões com nós de outros clusters. Desse modo, a modularidade permite identificar comunidades dentro da rede, agrupamentos de nós que apresentam maior densidade de conexões internas do que externas. Redes com alta modularidade apresentam conexões internas densas dentro das comunidades, o que significa que os nós dentro de um mesmo grupo estão fortemente conectados uns aos outros. Ao mesmo tempo, essas redes têm poucas conexões entre os nós de diferentes comunidades, destacando as fronteiras entre os grupos (Recuero, 2017).

De maneira geral, percebemos que a estrutura de um grafo não apenas reforça

²⁰ Encontrado em: <https://gephi.org/users/>

os agrupamentos e os laços sociais preexistentes, como também exerce um papel central na disseminação de informações. Essa estrutura é composta por nós e arestas, organizando-se frequentemente em clusters, subconjuntos densamente conectados que representam comunidades, como grupos de atores, hashtags ou termos semanticamente relacionados. Esses subconjuntos permitem uma análise mais detalhada das interações sociais e da formação de grupos por interesse dentro da rede. Assim como, serve também para organizar de modo visual as grandezas que se estabelecem entre os elementos dentro de uma rede.

Nos *clusters* analisados compreendemos que a modularidade tem um papel importante na visualização e entendimento dos dados apresentados. Desse modo, os nós dos grafos foram organizados, com uma paleta de cor que mostra por meio de uma escala de tonalidades que servem como condutoras para melhor entendimento e visualização da rede.

A segunda métrica, a estatística do grau ponderado, quantifica a intensidade das conexões de um nó, considerando tanto a existência quanto o peso das ligações. Esse conceito é útil para entender a força das relações dentro da rede. O grau ponderado de um nó é calculado somando os pesos de todas as arestas conectadas a ele, onde o peso indica a intensidade ou a quantidade de interações entre os nós. Ao contrário do grau simples, que conta apenas o número de conexões, o grau ponderado nos mostra a força das relações entre os nós (Wanderley et al. 2014).

5.1 Visualização radial

Após o processo de limpeza e reorganização dos dados, os resultados foram convertidos em um arquivo no formato JSON²¹, estruturado com base em uma lógica hierárquica que organiza as informações em múltiplos níveis. Esse modelo segue a forma de uma árvore, cujo nó raiz é denominado “Narrativas” e agrega os diferentes clusters temáticos identificados na análise de conteúdo. A partir desses clusters, derivam os nomes de usuários que realizaram postagens, seguidos pelos próprios posts, representados como nós finais. Cada postagem inclui, além dos identificadores (*id* e *parent*), campos como *message*, *likes*, *comments*, engajamento (soma de curtidas e comentários) e url, que direciona ao conteúdo original. Essa organização possibilita

²¹ Um arquivo em JSON (JavaScript Object Notation) é um formato de dados leve e flexível, usado para armazenar e trocar informações. Ele é baseado em pares de chave/valor e é fácil para humanos lerem e para máquinas interpretarem. É um formato de texto simples, o que permite a fácil intercâmbio de dados entre diferentes linguagens de programação.

uma leitura visual clara das conexões entre temas, autores e publicações.

A geração de um arquivo com extensão em JSON foi realizada por meio de um *script* em *Python*, que, além de tratar e padronizar os dados, aplicou uma filtragem com base no engajamento. Para garantir a legibilidade da visualização final, foram selecionados os 15% de postagens mais relevantes em cada cluster, respeitando um limite mínimo de representatividade por grupo. Essa amostragem permitiu equilibrar a complexidade da rede com a clareza na representação gráfica.

A visualização foi implementada com a biblioteca D3.js²², utilizando um layout radial do tipo *tree*. Os dados são distribuídos em quatro níveis: o nó central “Narrativas”, os clusters temáticos, os autores e suas respectivas postagens. Cada cluster é representado por uma cor distinta, e os rótulos dos posts são abreviados para evitar sobrecarga visual. O grafo é interativo, permitindo zoom, rotação e a exibição de detalhes ao clicar em qualquer nó. Postagens individuais acionam um painel lateral com informações completas - como autor, conteúdo, métricas de engajamento e link para o post original -, enquanto a seleção de um cluster, via menu suspenso, gera estatísticas automáticas sobre aquele conjunto, incluindo número de autores, médias de *likes* e o autor com maior engajamento. A legenda é gerada dinamicamente, reforçando a identificação temática por cor.

A escolha pelo grafo radial fundamenta-se na busca por uma forma de visualização capaz de sintetizar relações complexas de maneira estética e funcional. A disposição circular favorece a organização temática, distribuindo os grupos de modo simétrico e reforçando a hierarquia entre os níveis. A combinação entre estrutura clara, recursos interativos e destaque visual permite ao leitor identificar padrões de engajamento, centralidade e recorrência nos temas abordados, revelando a dinâmica narrativa presente na circulação de conteúdos sobre a enchente no Rio Grande do Sul nas redes sociais.

A construção da visualização radial envolveu a articulação de diferentes ferramentas, cada uma responsável por etapas específicas do processo, desde o tratamento inicial dos dados até a implementação gráfica e interativa. A seguir, apresentamos uma síntese das principais ferramentas utilizadas e suas respectivas funções no contexto dessa visualização.

Tabela 2 – Ferramentas e uso no Grafo Radial

²² <https://d3js.org/>

Ferramenta	Uso
Ford (Labic)	Processamento para organização do dataset (column_fix e search_url).
Python	Processamento do dataset e filtragem dos 15% de postagens com maior engajamento por cluster.
D3.js	Construção do grafo radial interativo com layout em árvore (tree layout).
HTML + CSS	Estrutura e estilo da página de visualização interativa.
JavaScript	Lógica da interatividade (zoom, rotação, clique em nós, filtros por cluster e painel lateral).

Fonte: A própria autora.

2.1 Visualização Diagrama de Corda

A segunda visualização desenvolvida no trabalho utiliza um diagrama de corda para representar a conexão entre usuários e suas postagens mais relevantes sobre a enchente no Rio Grande do Sul. O objetivo dessa abordagem é destacar, por meio de conexões direcionadas, os perfis que geraram maior impacto e engajamento na circulação dos conteúdos analisados. Para isso, foi gerado um arquivo em JSON, construído a partir da filtragem dos 50 posts com maior engajamento, sendo o engajamento (*likes* + comentários) utilizado como padrão.

A construção foi realizada com o auxílio do *script* em *Python*, responsável por processar o dataset original e convertê-lo em uma estrutura compatível com a visualização. O *script* realiza etapas fundamentais de filtragem, ordenação e organização dos dados: carregando os dados completos dos usuários e postagens, remove registros incompletos das métricas e permitindo à/o pesquisadora/pesquisador escolher o critério de ordenação, sendo o engajamento o parâmetro adotado neste trabalho, porém é possível a utilização somente da métrica de *likes* ou comentários.

A partir da seleção dos *posts* mais relevantes, são definidos dois tipos de nós: perfis de usuários e postagens. Os primeiros agrupam conteúdos por autor e recebem peso proporcional à média de engajamento, enquanto os segundos são associados a clusters temáticos, com rótulos reduzidos e codificação cromática distinta. As conexões entre usuários e seus posts são estabelecidas por meio de links dirigidos, e as informações detalhadas de cada postagem, como texto integral, autor, curtidas,

comentários e url, são armazenadas em um campo complementar chamado meta, utilizado na camada interativa da visualização.

Com os dados organizados em três blocos, ideograms (nós), *links* (conexões) e meta (metadados), a visualização foi construída com a biblioteca D3.js, que implementa um *layout* de corda dirigido. Cada nó é distribuído em torno de um círculo, sendo as conexões representadas por arcos curvos que ligam usuários às suas respectivas postagens. Os nós são agrupados visualmente por cluster temático, com coloração distinta aplicada aos setores periféricos do diagrama, o que reforça a segmentação temática do conteúdo. A estética da visualização foi aprimorada com efeitos de brilho e opacidade controlada, além de tipografia reduzida para rótulos de usuários.

A interatividade do grafo permite ao leitor explorar a rede de forma fluida: ao passar o mouse sobre uma conexão, seu destaque visual aumenta; ao clicar em um nó do tipo post, abre-se um painel lateral com o conteúdo completo da publicação, incluindo metadados e o link para a postagem original. Além disso, o clique em setores externos do grafo ativa a exibição de todos os posts pertencentes a um mesmo cluster, acompanhados de uma descrição temática geral e organizados em uma galeria de fácil leitura.

A escolha pelo diagrama de corda se justifica pela sua capacidade de enfatizar relações de autoria e intensidade de engajamento em um espaço visual compacto, sem perder a legibilidade. A natureza circular da disposição dos nós favorece a visualização de padrões de concentração de produção e recepção de conteúdo, revelando quais perfis se destacam na difusão de mensagens e como estão inseridos nos temas dominantes da cobertura digital sobre o desastre. A combinação de volume visual, agrupamento temático e interatividade permite ao leitor compreender tanto a estrutura da rede quanto o conteúdo semântico que ela veicula.

A visualização em formato de diagrama de corda exigiu um conjunto de ferramentas integradas para possibilitar o processamento, filtragem, estruturação e representação interativa dos dados. A tabela abaixo resume os recursos utilizados e o papel desempenhado por cada ferramenta na execução dessa etapa do projeto.

Tabela 3 – Ferramentas e uso no Diagrama de Corda

Ferramenta	Uso
------------	-----

Ford (Labic)	Processamento para organização do dataset (column_fix e search_url).
Python	Filtragem dos 50 posts com maior engajamento e organização da estrutura hierárquica dos dados.
D3.js	Implementação do diagrama de corda com agrupamento por cluster e interações visuais personalizadas.
HTML + CSS	Estruturação visual da página, incluindo o painel lateral e organização das seções.
JavaScript	Controle da visualização interativa: clique nos arcos, exibição de metadados, filtros por cluster e animações.

Fonte: A própria autora.

Essa pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa empírica, com abordagem mista (qualitativa e quantitativa), tendo como foco a análise de conteúdos digitais em plataformas de redes sociais, neste caso o Instagram. Através da extração e tratamento dos dados, busca-se identificar e compreender os padrões discursivos e as relações entre os termos e atores envolvidos no debate sobre racismo ambiental no contexto da tragédia climática de 2024 no Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada é fundamentada na análise de conteúdo e análise de redes, características comuns em estudos de comunicação digital e cibercultura. Além disso, a utilização de ferramentas quantitativas permite uma visualização das interações e dinâmicas presentes nas postagens coletadas, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das narrativas e das relações de influência no discurso público sobre o tema.

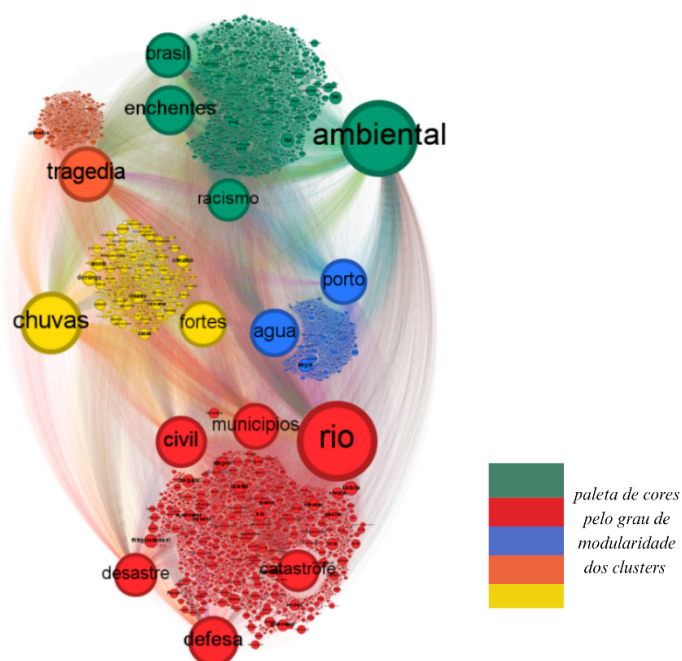
Na análise de rede abaixo, procuramos apresentar também de forma visual as arestas, seja deixando-as mais finas e quase transparentes ou mais intensas e grossas o que indica a força da ligação entre os termos, mesmo que estejam em clusters distintos. Assim, o grau ponderado oferece uma visão das interações em uma rede social, destacando não apenas a quantidade de conexões de um nó, mas também a força dessas conexões. Isso ajuda a identificar nós que estão bem conectados e têm relações intensas e significativas dentro da rede.

3. ANÁLISE

3.1 Grafos léxicos

No grafo abaixo podemos observar uma rede de *wordgraph* (Figura 3). O grafo consiste na organização de palavras de todos os *posts* coletados durante o período e apurados no *dataset*. Verificamos a existência de cinco clusters distintos, que estão organizados com base em uma paleta de cores referente a partição percentual da modularidade. A organização de cores foi feita da seguinte maneira: verde escuro, vermelho, azul escuro, laranja e amarelo, que indicam a intensidade – verde escuro maior e amarelo menor – de conexão com as narrativas retratadas de acordo com o tema central de trabalho que é o racismo ambiental na enchente do Rio Grande do Sul. Desse modo, temos uma estrutura bem repartida em nós que evidenciam as macro pautas retratadas durante o período da coleta de dados.

Figura 3 – Grafo de *Wordgraph*

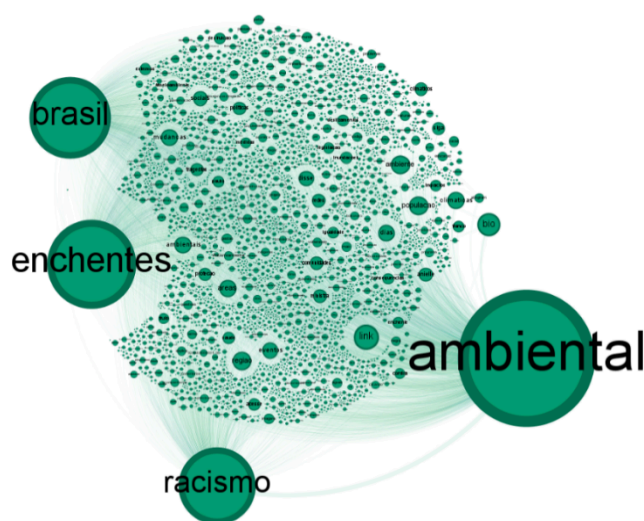


Fonte: A própria autora

Fazendo uma análise das narrativas que mais repercutiram no período, é possível observar no cluster verde escuro (Figura 4) uma narrativa em torno do racismo ambiental presente na enchente do Rio Grande do Sul. Termos como “enchentes”, “ambiental” e “racismo”, indicam uma forte ênfase ao racismo ambiental da enchente no Rio Grande do Sul, isso porque quanto maior as arestas – linhas de ligação entre os nós -, maior o vínculo dos termos, como acontece com esses três.

Percebemos que as arestas de ligação do nó “enchentes” está mais grossa e fortemente ligada ao nó “ambiental”, que se liga a “racismo”. O foco da discussão narrativa desse cluster pode ser entendido como ponto focal do racismo ambiental, também devido a forte ligação com o termo “Anielle”, que neste caso se trata da Ministra da Igualdade Racial, que durante o período da coleta usou de seu Instagram para pautar sobre racismo ambiental nas chuvas fortes que estavam por atingir o Rio de Janeiro. Além disso, termos como “comunidades”, “quilombolas”, “vulneráveis”, “pardas” e “indígenas” aparecem como fortes palavras de ligação do eixo “ambiental”. Ou seja, evidenciamos que este primeiro cluster de maior percentual de modularidade refere-se a evidência de que a enchente de 2024 no Rio Grande do Sul pautou e foi narrativa do racismo ambiental.

Figura 4 – Cluster 1 (verde escuro)



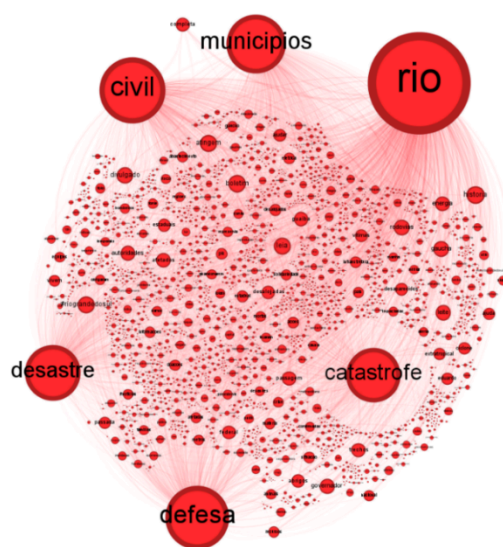
Fonte: A própria

autora

No cluster vermelho (Figura 5), é possível identificar uma narrativa sobre desastres ambientais, como as enchentes, e suas consequências sociais, especialmente em municípios como o Rio Grande do Sul e também o Rio de Janeiro. Entre os termos de nós mais densos dentro do cluster, se destacam: “rio”, “municípios”, “defesa”, “civil”, “desastre” e “catástrofe”, sendo os núcleos centrais da rede, como indicatória de uma forte conexão entre o território, os órgãos responsáveis pela resposta institucional – como a Defesa Civil –, e o contexto de emergência e calamidade provocado pela enchente. A partir dessas conexões, observamos uma narrativa que se organiza em torno da gestão do risco e da resposta imediata, com ênfase nas

consequências dos desastres para a população, especialmente nos municípios afetados. Além disso, os termos “vítimas”, “chuvas”, “resgate” e “emergência”, apontam para o impacto social e humano dos desastres ambientais.

Figura 5 – Cluster 2 (vermelho)



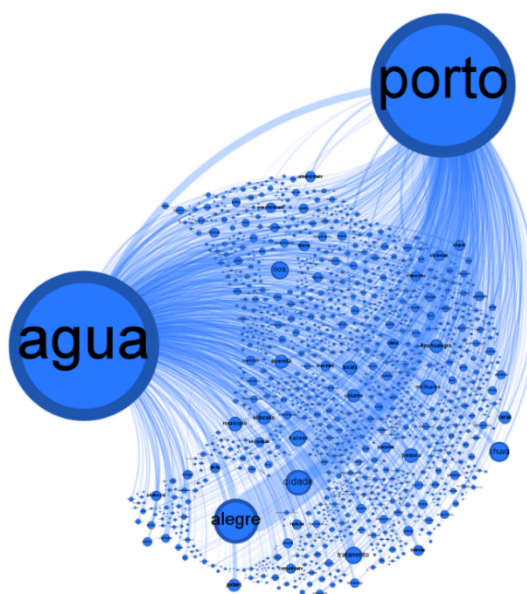
Fonte: A própria autora

O cluster acima, também pode ser associado a narrativa em torno da crise das enchentes com foco na ajuda e solidariedade. Termos como "doações", "ajuda", "alerta" e "abastecimento" indicam uma forte ênfase na mobilização para auxílio às pessoas afetadas. A mobilização online dos usuários foi uma postura bastante veiculada e ainda é largamente reiterada nas redes, e no cluster ela se evidencia em palavras como, “stories” e “#riograndedosul”. Em suma, o discurso do cluster reforça uma percepção de urgência e calamidade, ao mesmo tempo em que estrutura a responsabilidade da resposta nas instituições públicas, e evidencia a mobilização das redes sociais.

O cluster azul escuro (Figura 6), evidencia a narrativa em torno da catástrofe hídrica e socioambiental vivida no Rio Grande do Sul, com destaque para a cidade de Porto Alegre, que aparece no termo “porto” como uma das palavras de forte ligação com o termo “água”, ocupando eixos centrais de maior vínculo direto pelas arestas. A centralidade dessas palavras mostra como a cobertura do desastre privilegia uma perspectiva urbana da enchente, focada no impacto sobre a infraestrutura da capital, como o abastecimento e o volume dos rios. Termos como “cidade”, “chuva” e

“volume” reforçam essa abordagem, enquanto comunidades periféricas, rurais ou tradicionais – como os quilombos que compõem a estrutura social do Rio Grande do Sul –, não aparecem com destaque, ou sequer são mencionadas com ligação ao alto volume de água.

Figura 6 – Cluster 3 (azul escuro)



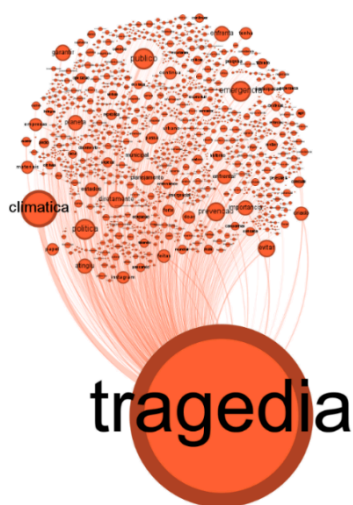
Fonte: A própria autora

Outros termos como “#portoalegre”, “eldorado”, “avenida” e “metrópoles”, destaca o quanto as partes urbanas e tidas como nobre foram as que tiveram destaque midiático. Ou seja, a ausência de palavras que remetem à população que mais sofre diante de desastres como este gaúcho, mostra que o racismo ambiental está presente na narrativa hegemônica, em que o desastre é representado como um fenômeno natural que afeta “a cidade”, enquanto violências ambientais vividas historicamente por povos racializados seguem invisibilizadas.

No cluster laranja (Figura 7), o destaque é a para a calamidade do evento, com um enfoque para o termo “tragédia”, que organiza e dá sentido a maior parte dos discursos vinculados a esse grupo. A partir dela, emerge uma rede que associa o desastre no Rio Grande do Sul a termos como “climática”, “emergência”, “público”, “política” e “prevenção”. Essa composição mostra uma narrativa que busca enquadrar a enchente dentro de uma lógica de gestão de riscos e resposta estatal. Há uma ênfase na dimensão do planejamento e das políticas públicas, com a presença de palavras como “municipal”, “ações”, “garantir”, “integrar” e “evitar”, o que aponta para um

discurso que responsabiliza o poder público pelos impactos climáticos, mas que evita enfrentar as desigualdades sociais e raciais que condicionam quem mais sofre os efeitos da tragédia. A defesa civil do estado do Rio Grande do Sul foi um ator que esteve presente durante todo mês de maio, seja na informação sobre áreas de risco ajudando a população em situações críticas ou nos alertas sobre a situação das chuvas no estado.

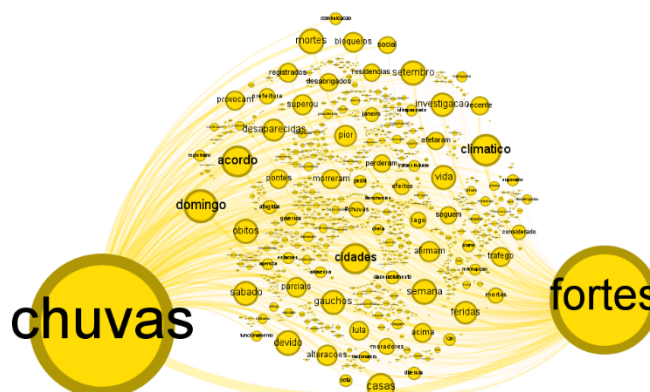
Figura 7 – Cluster 4 (laranja)



Fonte: A própria autora

Por fim, o cluster amarelo (Figura) apresenta uma narrativa panorâmica sobre a enchente de 2024 no Rio Grande do Sul e a situação no território gaúcho mencionando os estragos que toda a tragédia deixou. Tem como núcleo semântico as palavras “chuvas” e “fortes”, construindo uma narrativa centrada no fenômeno natural em si e em seus efeitos imediatos. Essa narrativa se ancora na descrição do impacto das chuvas sobre “cidades”, “casas”, “pontes” e “vida”, mobilizando uma catástrofe que prioriza o choque visual e emocional do desastre. Há uma ênfase temporal marcada por palavras como “domingo”, “sábado” e “semana”, o que indica a cobertura jornalística focada em atualizações pontuais, alimentando uma lógica da urgência e do evento isolado, em contraste com abordagens estruturais e históricas. Esse campo discursivo reforça uma narrativa que naturaliza o desastre como algo ocasionado pelas “chuvas fortes”, deslocando a atenção das causas socioambientais e das desigualdades estruturais que condicionam os impactos do evento climático.

Figura 8 – Cluster 5 (amarelo)



Fonte: A própria autora

Além disso, no cluster está presente uma narrativa política velada. Há a presença do termo “lula” – um nó de menor densidade – que se relaciona diretamente com os termos “parciais”, “gauchos”, “moradores”, “agencia” e “diversas”. Torna-se perceptível a relação entre as narrativas de reconstrução do estado gaúcho e a presença no governo federal em detrimento de outras instâncias institucionais.

Ainda que termos como “climático” e “efeitos” apareçam na rede, eles são pontuais e periféricos, indicando que o discurso dominante recai sobre os danos materiais e humanos mais visíveis e imediatos, como “mortes”, “feridas”, “desabrigados”, “vidas”, “desaparecidos”, sem interrogar quem são essas vidas e por que certas populações perdem mais. Trata-se de uma cobertura que reproduz o espetáculo da tragédia, mas não nomeia o racismo ambiental ou a invisibilização das comunidades quilombolas, contribuindo para a perpetuação da ideia de que o desastre atinge todos igualmente, quando na verdade apenas escancara desigualdades preexistentes.

A partir da descrição do conteúdo de cada cluster, é possível explorar novamente os dados obtidos e visualizações possíveis. A estrutura geral do grafo evidencia um campo semântico denso e multifacetado, articulado em torno de um vocabulário emergente das narrativas sobre eventos climáticos extremos, especialmente as enchentes no Brasil. A segmentação em clusters temáticos, organizados visualmente por cores e semanticamente por afinidade léxica, aponta para uma polarização entre narrativas técnico-institucionais (como “defesa civil”,

“municípios”, “catástrofe”, “ambiental”) e aquelas de cunho afetivo e social (como “tragédia”, “racismo”, “chuvas fortes”). O tamanho e centralidade dos nós, como “ambiental”, “rio” e “chuvas”, sugerem uma confluência discursiva significativa, indicando que esses termos funcionam como vetores centrais de sentido e conectividade entre os diferentes domínios discursivos.

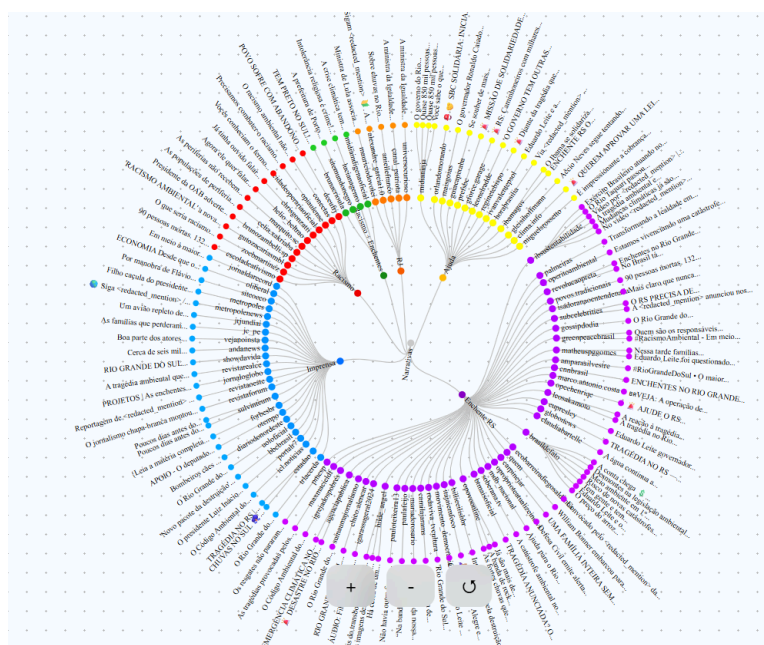
Em suma, os clusters se distribuem em três grandes campos discursivos. O primeiro, de caráter mais técnico e institucional, é articulado em torno dos termos “ambiental”, “brasil” e “enchentes”, reforçando uma narrativa de enquadramento sistêmico do desastre, com destaque para termos como “racismo” e “clima”, que, embora menos centrais, apontam para uma tentativa de conectar o debate ambiental a dimensões sociais estruturais, ainda que de forma incipiente. O segundo campo, mais ligado à emergência e à cobertura imediata do evento, é composto por termos como “chuvas”, “fortes”, “domingo” e “vida”, uma narrativa ancorada na descrição direta dos efeitos do fenômeno natural. Trata-se de um campo de forte apelo emocional, que prioriza o impacto visual da tragédia, reforçando a ideia de um evento isolado e imprevisível, frequentemente descolado de suas causas históricas e estruturais. Por fim, o terceiro campo, centrado nos termos “rio”, “defesa”, “civil” e “catástrofe”, constrói um discurso de gestão da crise e resposta institucional ao desastre. A semântica desse cluster está na articulação entre a ideia de urgência e a mobilização do aparato estatal, o que acaba por reforçar a narrativa da calamidade como algo a ser combatido por mecanismos formais de contenção. Entretanto, essa perspectiva pode obscurecer as desigualdades territoriais e raciais que tornam certos corpos e comunidades mais expostos aos riscos. A presença do termo “racismo” em conexão tênue com o cluster verde tensiona essas fronteiras e sugere que a crítica interseccional ainda permanece periférica na composição hegemônica dos discursos.

3.2 Grafo de diagrama Radial

A partir dos grafos léxicos descritos anteriormente, foram construídos dois diagramas: os diagramas radial e de corda, que foram fundamentais para a interpretação das interações e das dinâmicas discursivas presentes nas postagens analisadas. Esses diagramas evidenciam tanto a organização das comunidades temáticas quanto a distribuição do engajamento entre usuários e conteúdos. A visualização em diagrama radial e em diagrama de corda, amplia a compreensão dessa

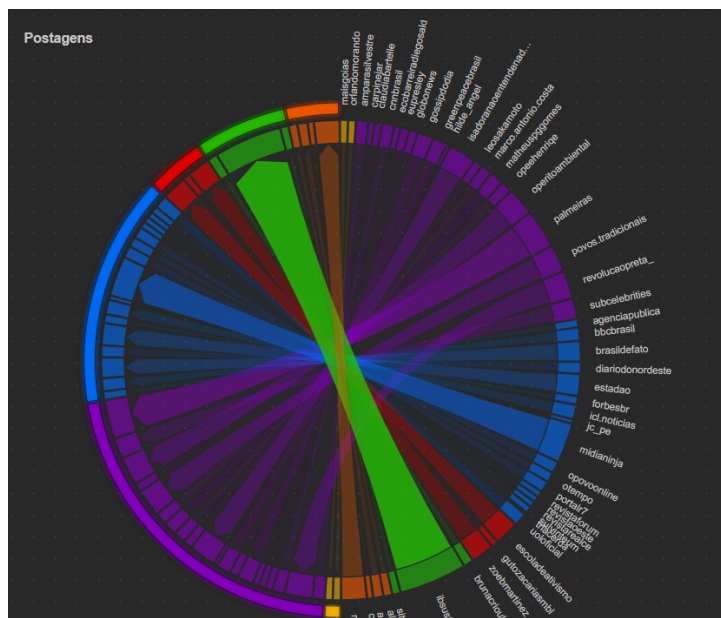
disputa de sentidos estabelecida nos grafos ao evidenciar, de forma gráfica e relacional, as hierarquias, centralidades e ausências que configuram o campo discursivo digital. Essas representações visuais, ao organizar os dados em clusters e evidenciar as conexões entre atores e postagens, permitem identificar as forças centrípetas e centrífugas que moldam a circulação de narrativas, bem como as disputas simbólicas que delimitam o lugar da denúncia, da solidariedade e da omissão diante da tragédia. Assim, da mesma maneira que os grafos, cada cluster que formam os diagramas foi representado por uma cor diferente, permitindo visualizar as principais comunidades de sentidos e temas.

Figura 9 – Diagrama radial



Fonte: A própria autora.

Figura 10 – Diagrama de Corda



Fonte: A própria autora.

No diagrama radial (Figura 9), observa-se a conformação de comunidades temáticas marcadas por cores distintas, conectadas a partir de um núcleo central que reúne as principais categorias discursivas. Essa disposição radial evidencia não apenas a hierarquia entre as postagens, mas as relações de força entre os temas que estruturam a conversação digital. No centro do diagrama o nó “Narrativas”, que conecta de forma direta os clusters temáticos como “Imprensa”, “Ajuda”, “RJ”, “Racismo” “Enchente RS” e “Racismo Ambiental + Enchentes”. Essa centralidade evidencia a articulação dos discursos que circularam nas redes sociais, indicando que, ainda que existam diferentes eixos temáticos, eles se relacionam e são atravessados por um núcleo comum de sentidos.

Por outro lado, essa centralidade dos nós e a profundidade das ramificações permitem inferir o grau de relevância de determinados conteúdos e a capacidade de determinados atores em catalisar discussões. Observa-se, por exemplo, que determinados nós, como o de “Imprensa” e “Enchente RS”, apresentam múltiplas subdivisões equivalentes em proporção, refletindo uma maior densidade discursiva e relevância de engajamento que esses temas suscitam. Porém, o cluster “Enchente RS” tem uma proporção maior se comparado com todos os demais, principalmente, como o cluster “Racismo + Enchentes”, que destaca apenas quatro publicações de maior engajamento.

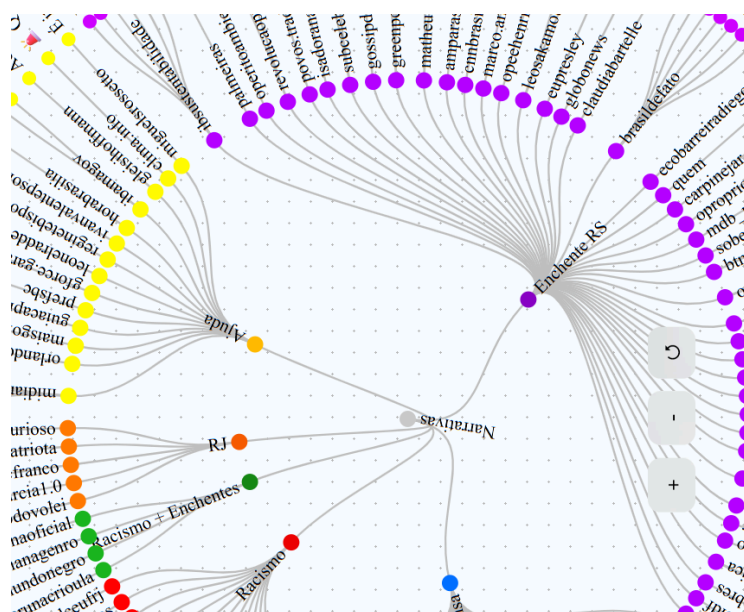
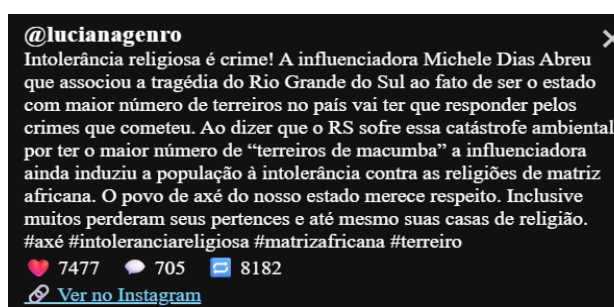


Figura 11 – Cluster Racismo + Enchentes e Enchentes RS

Fonte: A própria autora.

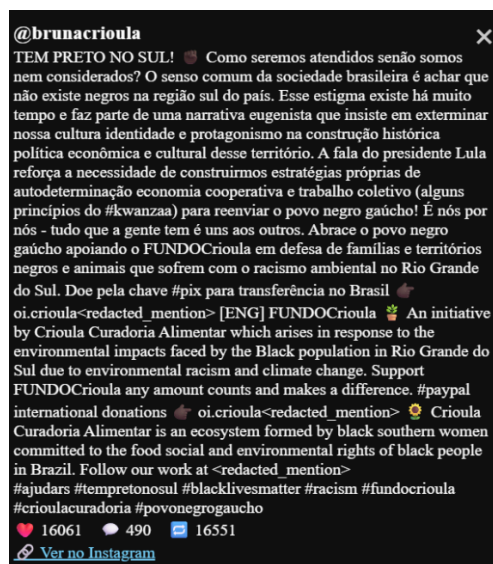
Dessa forma, uma das publicações do cluster “Racismo + Enchentes”, denuncia a narrativa construída por uma influenciadora que associou que a catástrofe ambiental só aconteceu no Rio Grande do Sul porque lá tem o maior número de “terreiros de macumba” (Figura 12). Outra, denuncia que a enchente no Rio Grande do Sul foi uma catástrofe que evidenciou o racismo ambiental, entre elas, tem maior relevância a publicação da nutricionista e pesquisadora Bruna Crioula, que retrata em suas palavras a fala do presidente Lula Inácio sobre a existência de pessoas negras no Sul, que foi uma fala que contribuiu para reforçar o estigma do senso comum da sociedade brasileira (Figura 13). As duas publicações restantes neste cluster, foram conteúdos veiculados pelo portal de notícias de pessoas negras, Mídia Ninja, e pelo portal de notícias de pessoas indígenas, Mídia Indígena, e tiveram como ponto focal da narrativa falar que a crise climática no Brasil tem cada dia mais afetado pessoas negras e indígenas em maiores proporções e graus de vulnerabilidade.

Figura 12 – Publicação “terreiros de macumba”



Fonte: A própria autora.

Figura 13 – Bruna Crioula



Fonte: A própria autora.

Do outro lado, o cluster que fala sobre a enchente no Rio Grande do Sul, tem como destaque emissor o perfil do Instituto Brasileiro de Sustentabilidade e o Brasil de fato, que em suas principais narrativas está o pedido de solidariedade e ajuda para as famílias gaúchas. Em suma, a maioria das publicações que estão dentro desse cluster “Enchente RS”, fazem atualizações sobre número de mortos, desaparecidos e desabrigados, além de retratarem resgates e evidenciar que esta foi uma das maiores catástrofes ambientais do Brasil. Vale ressaltar que o número geral de engajamento e publicações neste cluster é maior se equivalente ao número de engajamento e publicações quando se fala de racismo ambiental na enchente gaúcha.

Além disso, destacamos o cluster “Imprensa” que evidencia em seus discursos as fontes como um instrumento de dor e sofrimento, sem perpassar por questões ambientais e governamentais. Em grande parte, as postagens feitas pela mídia se apropriaram da #racismoambiental sem falar ou mencionar o assunto em questão nas entrelinhas das publicações, além de, retratar sempre a solidariedade dos brasileiros e a dor dos gaúchos, com pedidos de solidariedade de todo o Brasil e reforçando a calamidade ambiental e climática que o Estado enfrentava.

Seguido desse conjunto de nós, observa-se o cluster “Racismo” que carrega narrativas sobre racismo ambiental, sem necessariamente ser sobre a enchente no Rio Grande do Sul. Muitas dessas publicações esclarecem que o racismo ambiental não é apenas uma teoria, é uma realidade cruel que está cada dia mais persistente no Brasil. Destacamos que duas das publicações presentes neste cluster, retratam e pautam o racismo ambiental na enchente no Rio Grande do Sul, uma delas afirmando que o Estado gaúcho estava passando por isso, e a outra, traz um informativo sobre a atualização de número de vítimas e também menciona o mandato de Eduardo Leite e suas mudanças no Código Ambiental.

Assim, no cluster “RJ”, as publicações retratam as fortes chuvas que acometeram as cidades cariocas, destacando a associação das chuvas com o racismo ambiental, feita pela Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. Dentro desse cluster, destacamos que a publicação de maior engajamento foi apenas um informativo de que a Ministra falou isso, e foi feita por um perfil de um Deputado Federal eleito por Minas Gerais, membro de um partido de extrema direita.

O sexto cluster, traz a narrativa “Ajuda”, cujo conteúdo gira em torno de ações de auxílio e solidariedade diante da catástrofe no Rio Grande do Sul. As publicações

evidenciam uma forte presença de termos e expressões relacionadas à ajuda, à prestação de serviços e à solidariedade institucional e pessoal. Essa configuração sugere que, no conjunto geral de narrativas, há uma articulação significativa de vozes e atores que se concentram na mitigação dos efeitos imediatos da tragédia climática. Destacam-se postagens que enfatizam a atuação de entidades governamentais, organizações civis e influenciadores no encaminhamento de recursos e apoio à população atingida. O perfil com maior engajamento e número de publicações é o do Mídia Ninja, em que os conteúdos retratam o negacionismo do governo, e uma delas é de cunho educativo, explicando o que é racismo ambiental (Figura 14).

Figura 14 – Mídia Ninja.



Fonte: A própria autora.

Sendo assim, na visualização global da rede do diagrama radial, destacam-se os clusters identificados pelas cores roxo e verde, como de maior relevância em virtude de seu alinhamento temático com os principais recortes de análise abordados nesta

monografia. Esses clusters materializam, de forma estruturada, debates e disputas narrativas que emergem a partir da tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul e se desdobram em discussões sociopolíticas e ambientais.

O cluster roxo “Enchentes RS”, em particular, agrega discursos que explicitam a tragédia ambiental e suas consequências diretas e indiretas. São postagens que buscam contextualizar a crise ambiental no Rio Grande do Sul, chamando atenção para os impactos socioeconômicos e para as responsabilidades atribuídas a diferentes agentes públicos e privados. A presença reiterada de termos como “enchentes no Rio Grande do Sul”, “Eduardo Leite governador” e “racismo ambiental” evidencia a tentativa de atribuir sentido ao evento a partir de uma crítica estrutural, alinhada à perspectiva de justiça socioambiental. Essa articulação de conteúdos sinaliza um terreno discursivo onde a narrativa ambiental é politizada, convertendo-se em um meio fértil para o debate público.

Por sua vez, o cluster verde “Racismo + Enchentes” opera como um núcleo que articula referências mais específicas ao contexto das enchentes e, simultaneamente, estabelece conexões com a noção de racismo ambiental. A delimitação desse cluster reflete a complexidade do fenômeno analisado: ao mesmo tempo em que visibiliza a tragédia em si, revela como ela se insere em dinâmicas históricas e estruturais de desigualdade racial. As conexões que se formam no cluster verde indicam uma preocupação não apenas com os efeitos imediatos do desastre, mas também com suas dimensões sistêmicas, especialmente no que tange à distribuição desigual de vulnerabilidades e ao silenciamento de comunidades racializadas afetadas pelas enchentes.

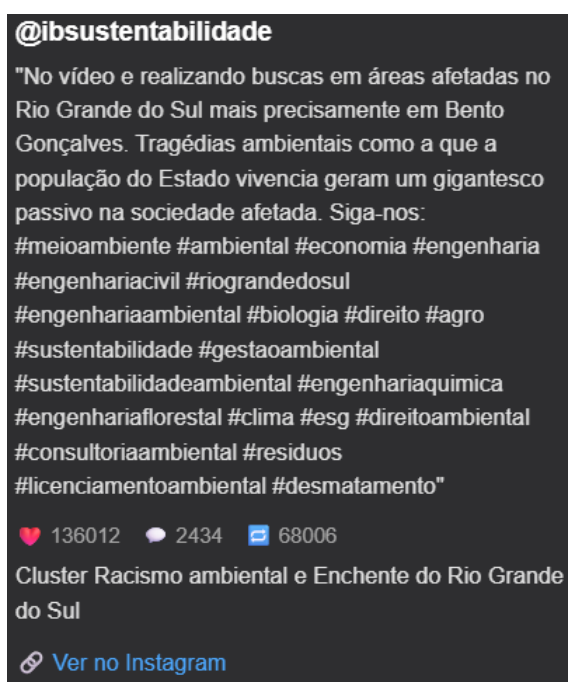
A integração desses dois clusters ao conjunto geral da rede demonstra que, para além da cobertura factual e do auxílio emergencial (visíveis no cluster amarelo), existem campos discursivos que tensionam as narrativas dominantes. Eles se constituem como esferas de resistência e de reinterpretação crítica, onde a tragédia ambiental se articula com processos mais amplos de racialização e desigualdade socioespacial. Desse modo, os clusters roxo e verde não apenas iluminam os recortes desta pesquisa, mas também reiteram a centralidade das disputas narrativas na construção de sentidos sobre o desastre climático e suas implicações sociais.

3.3 Grafo de diagrama de Corda

No diagrama de corda (Figura 10), observa-se a interconexão entre usuários e as postagens mais relevantes relacionadas às enchentes no Rio Grande do Sul e suas ramificações narrativas. Essa visualização destaca a complexidade das trocas discursivas e o entrelaçamento de diferentes campos de atuação, tais como imprensa, influenciadores e perfis ativistas. De início, nota-se que o diagrama evidencia como a cobertura jornalística (em azul) atua como uma âncora informativa, conectando usuários e conteúdos que repercutem as dimensões factuais da tragédia. Essa camada de conteúdo exerce uma função estruturante no grafo, funcionando como um ponto de referência para demais discussões.

O cluster verde e o cluster roxo, por sua vez, representam espaços discursivos de maior densidade narrativa, relacionados à crítica social e à justiça ambiental. Esses segmentos explicitam as articulações entre a tragédia ambiental e processos estruturais de desigualdade, especialmente o racismo ambiental. Vale ressaltar um elemento importante, em que o post de maior engajamento está posicionado no cluster verde (Figura 15), relacionado ao racismo ambiental. No entanto, essa publicação, embora esteja inserida nesse tema, não aborda de forma integral a questão racial, mas faz uma conexão pontual com as enchentes. Esse detalhe ilustra como, muitas vezes, as postagens com maior alcance acabam por tangenciar temas estruturais sem se aprofundar neles.

Figura 15 – Publicação de maior engajamento no cluster “Racismo ambiental”



Fonte: A própria autora.

Além disso, chama atenção que apenas três publicações que abordam o racismo ambiental e as enchentes no RS despontaram como narrativas de maior relevância no grafo, enquanto o volume de conteúdos relacionados exclusivamente à enchente do Rio Grande do Sul é significativamente mais expressivo. Essa diferença demonstra como, mesmo em situações de crise ambiental, as discussões sobre desigualdades raciais e territoriais seguem sendo marginalizadas e pouco visibilizadas.

Outro aspecto crucial do diagrama é a visualização de entender quem está falando. Perfis de influencers e das mídias jornalísticas, aparecem como nós de alta centralidade, responsáveis por 28,29% e 16,2% do engajamento, respectivamente. Destacam-se como as principais vozes que aparecem no diagrama os usuários influenciadores, como @claudiabartelle e @ecobarreiradiegosal, e perfis de mídia jornalística, como @cnnbrasil e @globonews. Esses dados sugerem que, embora exista um espaço para vozes independentes e ativistas, o debate público ainda é fortemente mediado por agentes de maior visibilidade e alcance. Essas ligações visíveis entre esses usuários e as postagens reforçam a noção de que a disputa simbólica pela interpretação do desastre ocorre em espaços onde relações de poder e autoridade informativa moldam as narrativas em circulação.

Os conteúdos conectados por essas cordas revelam múltiplas dimensões do debate: desde o auxílio humanitário imediato (marcado em amarelo) até a inserção das enchentes no debate racial e ambiental (clusters verde e roxo). E essa diversidade de temas reforça a ideia de que a tragédia não é apenas um evento natural isolado, mas um fenômeno social e político, onde as vozes afetadas e as instituições de mídia constroem e disputam sentidos coletivos.

Assim, o diagrama de corda não apenas demonstra a complexidade do ecossistema informacional em torno das enchentes no RS, mas também explicita como diferentes agentes e emissores de informações - imprensa, influenciadores e movimentos sociais - disputam sentidos e visibilidades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se compreender de que maneira o jornalismo contribui para a visibilidade, ou invisibilidade, das dinâmicas que envolvem o racismo ambiental em contexto de desastres socioambientais, e investigar a relevância das redes sociais em conteúdos que pautam sobre justiça climática e racismo ambiental. O recorte da metodologia de análise de conteúdo do Instagram sob a hashtag #racismoambiental, com o corpus de novembro de 2023 e novembro de 2024, evidenciou não apenas a crescente apropriação desse conceito por diferentes atores sociais, mas, sobretudo, a urgência de compreendê-lo para além da superfície. Ademais, mostrou como a população atingida pela enchente que mais sofreu as consequências do desastre foram aquelas em situação de mais desamparo pelo recorte social e racial, pela condição de renda, pelos prejuízos na saúde mental, pela ausência de políticas públicas de moradia e habitação e pelas mudanças climáticas intensificadas pela ação humana no meio ambiente.

Essa monografia foi motivada pela angústia e necessidade de uma melhor compreensão sobre como a mídia retrata as localidades e os grupos que são mais impactados pela crise climática. A partir do corpus selecionado, notou-se que as coberturas midiáticas ainda carecem de uma abordagem crítica e interseccional que relacione as catástrofes ambientais e climáticas com os históricos processos de exclusão territorial e negligência estatal enfrentados por comunidades racializadas e periféricas. Reunimos evidências, a partir da utilização visual de grafos, que mostram elementos para responder a essas questões impostas e, ao longo deste trabalho, podemos entender como as injustiças ambientais recaem majoritariamente e com maior intensidade em certos grupos do que outros. Essa realidade é comprovada e a comunicação social tem uma importante responsabilidade ao trazê-la à tona diante da emergência climática e da negligência de políticas públicas para atender as populações mais vulneráveis a desastres.

Foi possível perceber que, durante um ano, não há tantas publicações sobre racismo ambiental feitas por usuários do Instagram a partir da *hashtag* do assunto em questão, evidenciando que esse tipo de discurso e narrativa não é de grande interesse para a maioria das pessoas, que muitas vezes nem entendem o significado desse termo,

e por vezes costumam nomear isso como “mimimi”. Para além disso, durante os três meses decorrentes do desastre, os destaques das publicações se voltam como ponto focal para a situação de calamidade de toda a região, e também para a busca de informações sobre as ocorrências, número de pessoas atingidas e os estragos causados pela enchente, sofrendo atualizações a todo o momento. Ou seja, reconhecemos que pouco se priorizou falar sobre as pessoas que foram mais atingidas pela catástrofe, onde as áreas mais alagadas foram, principalmente as mais pobres, com um impacto proporcionalmente maior sobre a população negra que representa cerca de 21% dos habitantes do estado, segundo o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Neste caso, essas áreas são as que apresentam concentração expressiva de pessoas negras, pardas e quilombolas, geralmente acima da média dos municípios, como os bairros, Humaitá, Sarandi e Rubem Berta, em Porto Alegre, que se observado na análise dos clusters léxicos, nem são mencionados nas publicações.

A partir da construção dos clusters e da análise semântica das postagens, foi possível perceber que termos como “comunidades quilombolas”, “territórios tradicionais” e “populações negras rurais” são termos quase que completamente ausentes. Em seu lugar, dominam narrativas que priorizam os centros urbanos, o colapso das infraestruturas, o drama de uma cidade submersa. A tragédia é contada como evento climático, e não como processo histórico que atinge corpos racializados de forma sistemática. Logo, evidenciamos não apenas a força discursiva das redes sociais na construção de narrativas contra-hegemônicas, mas também quanto o racismo ambiental permanece como uma estrutura silenciosa, muitas vezes invisibilizada, inclusive nas coberturas de tragédias climáticas de grande proporção como a enchente histórica de 2024 no Rio Grande do Sul.

Embora a tragédia tenha ganhado centralidade nas redes, a análise dos clusters demonstrou como o vocabulário hegemônico ainda prioriza a lógica da emergência, da espetacularização e da neutralidade política. A comoção pública se organiza majoritariamente em torno dos danos materiais e do impacto emocional do desastre, sem interrogar, de forma incisiva, quem são os corpos mais atingidos e por que seguem sendo os mesmos.

Portanto, o silêncio discursivo não é neutro, e sim político. Ele reatualiza uma lógica colonial que insiste em apagar a centralidade das populações negras e quilombolas na formação do território, negando-lhes também o direito de serem protagonistas na dor, na denúncia e na reconstrução. Se as comunidades quilombolas

foram, de acordo com dados da CONAQ e do Ministério da Igualdade Racial, uma das populações mais atingidas pela enchente, com centenas de famílias isoladas, sem acesso a alimentos, água potável ou assistência, por que seus nomes, rostos e vozes não aparecem com força nos espaços de visibilidade digital? Ou seja, trata-se de um racismo que não apenas distribui de maneira desigual os riscos e impactos da crise climática, mas também apaga da esfera pública aqueles que vivem esses riscos todos os dias, sendo o silêncio um precursor de continuidade da violência.

A reflexão e os resultados obtidos por meio dessa pesquisa reforçam a importância de haver uma narrativa mais humanizada em veículos e perfis públicos, jornalísticos e de infoentretenimento, que tratam e pautam sobre esses grupos marginalizados. Isso começa, primeiramente, na iniciativa de ouvi-los e trazê-los ao debate. Também, de construir um retrato verossímil que possa transmitir em sua totalidade o que testemunham, além de validar os relatos e contribuir para que as problemáticas, injustiças e indignações a qual estão vivenciando sejam vistas. Com a análise da cobertura da enchente, a partir da #racismoambiental no Instagram, que, mostrou o desastre com as problemáticas socioambientais envolvidas, e evidenciou a ausência de narrativas de grupos que acabam sendo mais afetados por desastres ambientais, como a população negra, comunidades quilombolas, indígenas, moradores de áreas periféricas, entre outros.

Dessa forma a invisibilização quilombola, tema central deste trabalho, se dá pela forma como as narrativas são construídas, muitas vezes centradas em uma ideia genérica de tragédia, que apaga as desigualdades históricas e estruturais que agravam seus impactos. Observamos que os conteúdos que mais circularam nas redes sociais foram os produzidos por perfis ativistas, influencers, coletivos de comunicação independente e organizações da sociedade civil. Já os grandes veículos jornalísticos, quando abordaram a temática, o fizeram sem aprofundar a interseccionalidade entre raça, classe, território e meio ambiente.

Nesse sentido, a #racismo ambiental operou como uma lente metodológica e analítica, permitindo-nos mapear os sentidos em disputa no debate público digital sobre a tragédia gaúcha. Os grafos e a análise de conteúdo revelaram que os discursos mais influentes ainda não priorizam as vivências quilombolas como centrais no debate sobre justiça climática, mesmo sendo essas comunidades algumas das mais afetadas. Os clusters identificados mostram que existe mobilização, mas ela é restrita a bolhas específicas, o que reforça a urgência de ampliar o alcance dessas pautas.

Apesar disso, concluímos que o termo racismo ambiental ainda é incipiente no cenário midiático. O fardo de termos encontrado, desde a coleta das mais de 19 mil publicações até a análise de 866 conteúdos restantes, apenas 4 publicações de maior engajamento sobre racismo ambiental na enchente no Rio Grande do Sul, e nenhuma delas abarcar as comunidades quilombolas, demonstra como ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que o debate acerca das vulnerabilidades, sejam elas desencadeadas ou potencializadas por conta dos desastres socioambientais, seja reverberado, ainda mais na mídia, considerando sua relevância como potência de disseminação de informações. Enfatizamos a importância que a rede social tem para ser portal de visibilidade aos grupos que vivem em situação de vulnerabilidade ambiental, social e econômica.

Mas, é importante destacar que, ao final do período de análise, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) reconheceu oficialmente a ocorrência de racismo ambiental na enchente de maio de 2024 no Rio Grande do Sul, um marco político e simbólico que aponta para uma virada necessária no reconhecimento institucional das desigualdades raciais e territoriais diante de crises climáticas.

Acreditamos, portanto, que esta pesquisa contribui para evidenciar o potencial transformador da comunicação de redes sociais enquanto ferramenta de denúncia, memória e responsabilização política. A escuta ativa de vozes historicamente silenciadas, como moradores de áreas periféricas, lideranças comunitárias, quilombolas, ribeirinhas e indígenas, mostra-se como um caminho necessário para a produção de uma cobertura ambiental verdadeiramente comprometida com a justiça climática. Todavia, reconhecemos que os limites da pesquisa, em especial quanto ao recorte temporal e geográfico, restringiram a amplitude de análise. Ainda assim, os dados e reflexões aqui apresentados abrem caminhos para novas investigações que aprofundem a interface entre comunicação, meio ambiente e desigualdades raciais.

Destacamos também a relevância das redes quando se formam em torno de interesses comuns, como o socorro às comunidades mais atingidas ou a denúncia das desigualdades raciais, surge também uma outra camada importante desse processo, que é a produção de capital social. Esse capital, entendido como a articulação entre vínculos comunitários, confiança mútua e circulação de informação, permite que ações coletivas sejam organizadas de forma autônoma, sem depender exclusivamente do Estado ou de grandes corporações. Instagram, Twitter, YouTube e outras plataformas passam a funcionar como arenas de sociabilidade e mobilização, ampliando as formas

de organização política e solidariedade. Ou seja, conhecer e analisar esses fluxos é fundamental para compreender as novas dinâmicas de resistência em tempos de crise climática.

Diante disso, o uso de redes sociais e de visualizações de dados se torna uma ferramenta valiosa para entender a dinâmica da comunicação durante e depois dos desastres. No contexto prático da resposta a desastres naturais a lógica das redes sociais pode se fazer presente em diversas fases. A comunidade pode participar do processo com informações importantes como a localização de áreas de risco, de sobreviventes e de pontos onde se faz necessário o resgate de pessoas e/ou o envio de suprimentos. Isso permite, entre outras coisas, a construção coletiva de mapas, a partir do uso de tecnologias espaciais e do aproveitamento de imagens de satélite, que são capazes de apontar claramente onde estão as demandas a serem atendidas por cada uma das frentes e instituições envolvidas (MULLINS, 2010).

Esta pesquisa não pretendeu encerrar esse debate, mas sim tensioná-lo, propondo aqui uma leitura crítica das formas como o racismo ambiental vem sendo narrado, estetizado e politizado no ambiente digital. Em tempos de colapso climático e endurecimento das políticas de morte, não há neutralidade possível. O jornalismo, a comunicação e a pesquisa acadêmica têm o dever de se posicionar, de nomear as estruturas que matam, amplificar vozes que resistem. Porque o racismo ambiental é cotidiano e estrutural. E enquanto ele seguir sendo tratado como uma exceção, e não como a regra que organiza o acesso à terra, moradia, água, ar limpo e dignidade, seguiremos contando mortos e reconstruindo cidades sem reconstruir direitos.

Nesse cenário, torna-se urgente refletir sobre a forma como o ambiente informacional contemporâneo molda a visibilidade, ou o silenciamento, de determinadas narrativas. A entrada do jornalismo na lógica algorítmica das plataformas digitais não é apenas uma adaptação tecnológica, mas uma inflexão profunda em seu papel social. Ao priorizar métricas de engajamento, o jornalismo digital passa a operar por meio de unidades autônomas de conteúdo, postagens que se pretendem completas em si, descoladas de um encadeamento histórico ou explicativo. Como aponta Eloisa Beling Loose (2024), o jornalismo, ao ser capturado por dinâmicas de consumo rápido e de viralização, sofre um esvaziamento de sua capacidade crítica, tornando-se refém de uma lógica da exceção e da espetacularização, onde o que importa é a performance do conteúdo e não sua profundidade ou continuidade.

Essa fragmentação informacional, marcada por descontinuidades e estímulos simultâneos, rompe com a linearidade das narrativas tradicionais e enfraquece a capacidade de contextualizar os acontecimentos, função histórica do jornalismo na mediação com o público. Vilém Flusser (1998) já alertava para a transição de uma cultura de narrativa para uma cultura de informação, em que os dados perdem sua densidade simbólica ao serem reduzidos a códigos operacionais. Mais recentemente, Byung-Chul Han (2018) argumenta que vivemos numa “sociedade da transparência”, em que o excesso de informação impede a formação de sentido e dissolve a confiança. Assim, quando os fluxos informacionais são orientados por algoritmos e métricas, há uma tendência à erosão da confiança pública, pois o que se perde não é apenas a profundidade da informação, mas a sua capacidade de criar vínculos de sentido e pertencimento.

Portanto, afirmar que a enchente de 2024 no Rio Grande do Sul escancara o racismo ambiental significa reconhecer que a destruição não foi distribuída de forma aleatória, mas acompanhou as linhas da desigualdade racial e econômica. Trata-se de uma violência ambiental contínua, que se expressa no cotidiano das cidades e se exacerba em contextos de calamidade. Essa compreensão é essencial para que políticas públicas futuras possam, de fato, romper com esse ciclo de exclusão e promover justiça socioambiental.

Como forma de síntese crítica e simbólica, retomo a epígrafe que abre esta monografia. Mais do que uma introdução, ela ecoa como uma denúncia: “*A chuva cai, a rua inunda*” – um verso infantil entoado em festas virou epitáfio não escrito de comunidades esquecidas, onde nas margens alagadas das cidades, a água não só invade, mas denuncia o racismo estrutural que decide quem se afoga, quem reconstrói e quem é deixado à lama. Diante disso, defendo que pensar comunicação, especialmente em tempos de crise climática, é também pensar em justiça social, memória e reparação. E desejamos que este trabalho contribua para que vozes historicamente marginalizadas não apenas resistam, mas também se tornem protagonistas das narrativas que as afetam. Porque enquanto houver alagamento, haverá também denúncia.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (2010). **Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental**. Estudos Avançados, 24(68), 103-119. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10469>>. Acesso em 9 jun. 2025.
- ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Relume Dumará. Rio de Janeiro, 2004.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2006.
- ALMEIDA, D. Mortes no Rio Grande do Sul aumentam para 151: mais de 90% das cidades gaúchas foram afetadas pelas fortes chuvas. **Agência Brasil**. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/mortes-no-rio-grande-do-sul-aumentam-para-151#:~:text=Ao%20menos%2020%2C95%25%20da,silvestres%20e%20dom%C3%A9sticos%20foram%20resgatados>>. Acesso em 11 dez. 2024.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- ALVES, Aline Niara Rodrigues. **O racismo ambiental tem cor e CEP? : uma aproximação exploratória ao problema do racismo ambiental em Porto Alegre**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Políticas Públicas. Trabalho de Conclusão de Graduação, 2024. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/281085>>.
- AMARAL, Maria do Socorro. **Inclusão de crianças com síndrome de Down no ensino regular**. 2015. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15874/1/2015_MariaDoSocorroAmaral_tcc.pdf>. Acesso em 20 abr. 2025.
- ANDI. Estudos revelam que os mais afetados pelo racismo ambiental têm cor, renda e endereço. ANDI, 2023. Disponível em: <<https://andi.org.br/2023/02/estudos-revelam-que-os-mais-afetados-pelo-racismo-ambiental-tem-cor-renda-e-endereco/>>. Acesso em: 09 set. 2025.
- ANDRADE, M. C. K. **Catástrofe no Rio Grande do Sul: impactos e necessidades da sustentabilidade**. Artigo publicado em 20 Mai. 2024. Disponível em <<https://www.uninter.com/noticias/catastrofe-no-rio-grande-do-sul-impactos-e-necessidades-da-sustentabilidade>>. Acesso em 19 dez. 2024.
- BARABÁSI, Albert-László. **Linked: A nova ciência dos networks**. Tradução de Jonas Pereira dos Santos. Edição brasileira revisada. São Paulo: Leopardo Editora, 2009.
- BARBOSA, Catarina. Um ano após vazamento de óleo no Nordeste, nenhum responsável foi identificado. **Brasil de Fato**, 30 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/30/um-ano-apos-vazamento-de-oleo-no-nordeste-nenhum-responsavel-foi-identificado>>. Acesso em: 21 dez. 2024.

BASTIAN, M., HEYMANN, S., & JACOMY, M. (2009). **Gephi: An Open Source Software for Exploring and Manipulating Networks**. Proceedings of the International AAAI Conference on Web and <<https://doi.org/10.1609/icwsm.v3i1.13937>>. Acesso em 13 abr. 2025.

BBC BRASIL. Chuvas em Porto Alegre: aumento do nível do Guaíba e riscos de inundações . **BBC Brasil**, 11 mai. 2025. Atualizado em 13 de maio. 2025. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1qwp3z77o>>. Acesso em 23 mar. 2025.

BBC News. A cronologia da tragédia no Rio Grande do Sul. **G1, Rio Grande do Sul**. 2024 Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/12/a-cronologia-da-tragedia-no-rio-grande-do-sul.ghtml>> Acesso em 11 dez. 2024.

BORBA, Elizandro Max. **Medidas de centralidade em grafos e aplicações em redes de dados**. PPGMAP da UFRGS, 2013. 61 p.:il. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013

BRASIL DE FATO. Ciclone extratropical no Rio Grande do Sul deixa mais de 200 pessoas desalojadas e cinco óbitos. **Brasil de Fato**, Rio Grande do Sul, 5 set. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/09/05/ciclone-extratropical-no-rio-grande-do-sul-deixa-mais-de-200-pessoas-desalojadas-e-cinco-obitos/>>. Acesso em 23 mar. 2025.

BRASIL DE FATO. Fala de Leite sobre não poder ajudar quilombos é carregada de preconceito, avalia Conaq. São Paulo, 18 maio 2024. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/05/18/fala-de-leite-sobre-nao-poder-ajudar-quilombos-e-carregada-de-preconceito-avalia-conaq/>>. Acesso em 20 maio 2025.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 11 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Guia de cadastro de famílias quilombolas** . Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, 2020. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/Guia_de_Cadastramento_de_Familias_Quilombolas.pdf>. Acesso em 16 dez. 2024.

BRASIL. **Secretaria de Comunicação Social. Mais de 20 mil profissionais ligados ao Governo Federal atuam diretamente no auxílio ao Rio Grande do Sul**. Gov.br, Brasília, 12 maio 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/mais-de-20-mil-profissionais-ligados-ao-governo-federal-atuam-diretamente-no-auxilio-ao-rio-grande-do-sul>>. Acesso em 18 dez. 2024.

BRUM, Eliane. **O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real**. São Paulo: Globo, 2007.

BUENO, Wilson Costa. **GESTÃO DA COMUNICAÇÃO EM DESASTRES AMBIENTAIS: conflitos de interesse, de práticas e de discursos**. Revista Observatório , [S. l.], v. 4, n. 2, p. 539–569, 2018. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2018v4n2p539. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/4698>>. Acesso em 19 abr. 2025.

BULLARD, R. D. **Solid waste sites and the black Houston community**. Sociological inquiry, v. 53,

n. 2-3, p. 273-288, 1983. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-682X.1983.tb00037.x>. Acesso em 19 mar. 2025.

BULLARD, Robert D. **Highway robbery: transportation racism and new routes to equity**. Boston: South End Press, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Diana; SHIMIDT, Fernanda. Racismo ambiental: porque algumas comunidades são mais afetadas por problemas ambientais. São Paulo: **Ecoa UOL**, 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/racismo-ambiental-comunidades-negras-e-pobres-sao-mais-afetadas-por-crise-climatica/#:~:text=Os%20maiores%20desastres%20ambientais&text=Das%20v%C3%ADtimas%20imediatas%20do%20rompimento,at%C3%A9%20chegar%20ao%20Ocean%20Atl%C3%A2ntico>. Acesso em 19 dez. 2024.

CEMADEN, 2024. Em 2023, **Cemaden registrou maior número de ocorrências de desastres no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/01/em-2023-cemadenregistrou-maior-numero-de-ocorrencias-de-desastres-no-brasil>. Acesso em: 04 abr. 2025.

CENTENO, Ayrton. Eduardo Leite cortou ou alterou quase 500 pontos do Código Ambiental do RS em 2019. **Brasil de Fato**, 4 maio 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/04/eduardo-leite-cortou-ou-alterou-quase-500-pontos-do-codigo-ambiental-do-rs-em-2019>. Acesso em 12 dez. 2024.

CHAVIS, Benjamin F. *Environmental Justice: Grassroots Activism and Its Impact on Public Policy Decision Making*. *Journal of Social Issues*, v. 44, n. 1, 1987.

COELHO, Rodrigo Durão. Moradores de periferias morrem 15 vezes mais por eventos climáticos extremos, diz IPCC. **Brasil de fato**, 2022. <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/28/moradores-de-periferias-morrem-15-vezes-mais-por-eventos-climaticos-extremos-diz-ipcc/>. Acesso em 14 de fev. 2025.

COIMBRA, Vinicius. *Caxias do Sul teve em 2023 o ano mais chuvoso da história desde o início da medição, em 1961*. *Gauchazh*, Rio Grande do Sul, 06 jan. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2024/01/caxias-do-sul-teve-em-2023-o-ano-mais-chuvoso-da-historia-desde-o-inicio-da-medicao-em-1961-clr22yo3o000k015c6kk93z7m.html>. Acesso em 23 mar. 2025.

FERREIRA, L. et al. Racismo ambiental no Amazonas: análise da omissão estatal e impactos socioambientais. *Delos – Revista de Ciências Sociais Aplicadas*, 2021. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/download/4940/2731/11245>. Acesso em: 09 set. 2025.

FIALHO, J. M. R. **Análise de Redes Sociais: Princípios, Linguagem e Estratégias de Ação na Gestão do Conhecimento**. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, v. 4, p. 9-26, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/20881>. Acesso em: 5 jan. 2025.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

FRANCO, Anielle. [@aniellefranco]. Video (Reel) publicado no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/aniellefranco/reel/C2GmiPpr_69/>. Acesso em 12 dez. 2024.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Levantamento de comunidades quilombolas no RS.** Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/palmares>>. Acesso em 20 maio 2025.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS. **Rio Grande do Sul: o que as enchentes têm a ver com racismo ambiental?** 20 maio 2024. Disponível em: <<https://www.fundobrasil.org.br/blog/rio-grande-do-sul-o-que-as-enchentes-tem-a-ver-com-racismo-ambiental/>>. Acesso em 20 abr. 2025.

G1 ESPÍRITO SANTO. *Chuvas no Espírito Santo: Mimoso do Sul registra mortes, alagamentos e casas destruídas.* **G1 ES,** Vitória, 24 mar. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2024/03/24/mimoso-do-sul-decreta-calamidade-publica-apos-fortes-chuvas.ghtml>>. Acesso em: 05 set. 2025.

G1 RIO GRANDE DO SUL. Nível do Guaíba sobe para 4,32 metros em Porto Alegre. **G1, Rio Grande do Sul,** 20 maio de 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/20/nivel-do-guaiba-sobe-para-432-metros-em-porto-alegre.ghtml>>. Acesso em 20 abr. 2025.

G1. Não temos como voltar: o impacto das enchentes sobre os quilombos do RS. G1, 2 jun. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/06/02/nao-temos-como-voltar-o-impacto-das-enchentes-sobre-os-quilombos-do-rs.ghtml>>. Acesso em: 20 maio 2025.

Gephi. Gephi — The Open Graph Viz Platform. Disponível em: <<https://gephi.org/users/>>. Acesso em 20 maio 2025.

GIERING, M.E ... PINTO, R. **O discurso digital nativo e a noção de textualidade.** v. 15 n. 31 (2021): Revista (Con)Textos Linguísticos- Linguística de Texto e Análise da Conversação: abordagens metodológicas. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/35655>>. Acesso em 13 abr. 2025.

GUIMARÃES, R. **A enchente de 41.** Editora Libretos: Porto Alegre - RS, 2009.

GZH. Caxias do Sul teve em 2023 o ano mais chuvoso da história desde o início da medição, em 1961.

GZH, 2024. Disponível em: <[HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais.** Organização de Liv Sovik, tradução de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.](https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2024/01/caxias-do-sul-teve-em-2023-o-ano-mais-chuvoso-da-historia-desde-o-inicio-da-medicao-em-1961-clr22yo3o000k015c6kk93z7m.html#:~:text=O%20recordista%20segue%201941%2C%20com,entre%20os%20dois%20%C3%BAltimos%20anos.>. Acesso em 20 abr. 2025.</p>
</div>
<div data-bbox=)

HAN, Byung-Chul. **A sociedade da transparência.** Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2018.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental.** InterfaceHS - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, São Paulo, v.3,

n.1, p. 1-20, 2008. Disponível em: <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em 10 mar. 2025

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. **Racismo ambiental, o que é isso**. Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, Rio de Janeiro, 2006.

HUBERTY, Daniela Silva. **A narrativa jornalística imediata e tardia do desastre socioambiental na região serrana do Rio de Janeiro em 2011**. 205 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censos/censo-2022.html>. Acesso em: 16 dez. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2020**. Disponível em: <https://censo2020.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas – Resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf. Acesso em 21 dez. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Quilombolas: o direito à terra**. Brasília: INCRA, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/quilombolas>. Acesso em 21 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População em áreas de risco no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv101589.pdf>. Acesso em 20 abr. 2025.

INSTITUTO DACOR. **Instituto DACOR participa da criação de índice inédito sobre racismo ambiental**, 2024. Disponível em: , Acesso em 19 nov 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA – INMET. **Inmet, Cemaden, Cenad e Inpe emitem nota técnica sobre os riscos geo-hidrológicos para o Rio Grande do Sul**. 2024. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/inmet-cemaden-cenad-e-inpe-emitem-nota-tecnica-sobre-os-riscos-geo-hidrologicos-para-o-rio-grande-do-sul>. Acesso em 19 dez. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET). **Dados pluviométricos – Estação convencional do Rio Grande do Sul**. 2023. Disponível em: <https://www.inmet.gov.br/>. Acesso em 20 abr. 2025.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Publicações - Estudos e Pesquisas. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/>. Acesso em 23 mar. 2025.

Krenak, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LABOISSIÈRE, Paulo. Maior catástrofe da história do RS. **Agência Brasil**, 3 maio 2024. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/estamos-diante-da-maior-catastrofe-meteorologica-da-historia-do-rs>>. Acesso em 12 dez. 2024.

LACERDA, Heverton. Não há mais espaço para negacionismo climático, alerta presidente da mais antiga associação ecológica do Brasil. **Brasil de Fato**, Rio Grande do Sul, 11 maio 2024. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2024/05/11/nao-ha-mais-espaco-para-negacionismo-climatico-alerta-presidente-da-mais-antiga-associacao-ecologica-do-brasil/>>. Acesso em 20 abr. 2025.

LEÓN, Lucas Pordeus. Quinze quilombos estão totalmente isolados pelas chuvas no RS. **Agência Brasil**, 16 maio 2024. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/quinze-quilombos-estao-totalmente-isolados-pelas-chuvas-no-rs>>. Acesso em: 19 dez. 2024.

LOOSE, Eloisa Beling. **Contribuições do Jornalismo para o enfrentamento da crise climática**. International Journal of Environmental Resilience Research and Science (IJERRS), v. 1, p. 67-79, 2019. Disponível em <<https://saber.unioeste.br/index.php/ijerrs/article/view/25755/16172>>. Acesso em 24 out 2024.

LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho Girardi. **O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos**. Interin, vol. 22, núm. 2, julio-diciembre, pp. 154-172. Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2017. Disponível <<https://www.redalyc.org/pdf/5044/504454376010.pdf>>. Acesso em 21 mar. 2025.

MESQUITA, Clívia. Temporal no Rio de Janeiro deixa seis mortos e rastros de destruição na cidade. Rio de Janeiro: **Brasil de Fato**, 07 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefatorj.com.br/2019/02/07/temporal-no-rio-de-janeiro-deixa-seis-mortos-e-rastros-de-destruicao-na-cidade>>. Acesso em 21 dez. 2024.

META. Meta Content Library. Disponível em: <<https://transparency.meta.com/pt-pt/researchtools/meta-content-library/>>. Acesso em: 20 maio 2025.

MÍDIA NINJA. Tragédia no Rio Grande do Sul escancara Racismo Ambiental. 5 jun. 2024. Disponível em: <<https://midianinja.org/tragedia-no-rio-grande-do-sul-escancara-racismo-ambiental/>>. Acesso em 13 abr. 2024

MONTEIRO, Rhadson Rezende; SANTOS, Magnison dos; SOUZA, Jade Oliveira Ramos; BORGES VIEIRA, Mauricio Borges Vieira. **Racismo ambiental, justiça ambiental e mudanças climáticas no Brasil: uma análise dos relatórios anuais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Revista Em Favor de Igualdade Racial, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 117–132, 2023. DOI: <<https://doi.org/10.29327/269579.6.3-9>>. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6783>>. Acesso em 22 mar. 2025.

MULLINS, Laurie J.; CHRISTY, Gill. **Management and Organisational Behaviour**. 9. ed. Harlow: Financial Times Prentice Hall, 2010.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. – 3. ed. – 1. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. – (Coleção Cultura Negra e Identidades).

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade**

negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, K. **Uma Abordagem Conceitual Das Noções De Raça, Racismo, Identidade E Etnia.** Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004.

MUNIZ, Bianca; SANTINO, Matheus. Racismo ambiental: bairros com maioria negra têm mais desastres em SP. **Agência Pública**, São Paulo, 19 fev. 2024. Disponível em: <<https://apublica.org/2024/02/bairros-perifericos-e-de-maioria-negra-sao-os-mais-afetados-por-desastres-em-sao-paulo/>>. Acesso em 12 dez. 2024.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Orí: a construção do quilombo na história e na memória.* In: RATTS, Alex (Org.). *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.* São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Núcleo Porto Alegre analisa os impactos das enchentes na população pobre e negra do Rio Grande do Sul.** 2024. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/nucleo-porto-alegre-analisa-os-impactos-das-enchentes-na-populacao-pobre-e-negra-do-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em 7 dez 2024.

OLIVEIRA, R. et al. Desenvolvimento sustentável e racismo ambiental: uma análise de comunidades negras no Brasil. Monografia. Universidade Federal de Ouro Preto, 2019. Disponível em: [https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/7328/6/MONOGRAFIA DesenvolvimentoSustentavelBrasil.pdf](https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/7328/6/MONOGRAFIA%20DesenvolvimentoSustentavelBrasil.pdf). Acesso em: 09 set. 2025.

ORI. Direção: Raquel Gerber. Colaboração: Maria Beatriz Nascimento. São Paulo: Raquel Gerber Produções Cinematográficas, 1989. Documentário (92 min).

PACHECO, T. **“Racismo Ambiental: o que eu tenho a ver com isso?”.** Combate ao Racismo Ambiental. 2020. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-o-que-eu-tenho-a-ver-com-isso/>>. Acesso em 20 de mar. 2025.

PACHECO, T., and FAUSTINO, C. **A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa.** In: PORTO, M.F., PACHECO, T., and LEROY, J.P., comps. *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, pp. 73-114. ISBN 978-85-7541-576-4. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788575415764>>. Acesso em 12 abr. 2025.

PACHECO, Tânia. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor.** Revista Educação Pública, 2021. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/7/11/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo>>. Acesso em 20 abr. 2025.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas.** 1. ed.- Campinas, SP: Pontes Editores. 2021.

PEREIRA, Guilherme dos Santos. **A tríplice responsabilização ambiental: casos de Brumadinho e Mariana.** Revista Científica da Faculdade de Direito da UNIESP, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 1–15, 2019. Disponível em: <<https://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20191204163845.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2025.

PEREIRA, T.; GOMES, F. Racismo ambiental e saúde: impactos socioambientais sobre comunidades racializadas. *Dialnet Revista*, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10127255.pdf>. Acesso em: 09 set. 2025.

PINOTTI, Fernanda. Artistas promovem live para arrecadar doações para o RS nesta terça (7); assista. **CNN Brasil**, São Paulo, 7 maio 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/artistas-promovem-live-para-arrecadar-doacoes-para-o-rs-nesta-terca-7-assista/>>. Acesso em 11 dez 2024..

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Desigualdades sociais e raciais no Rio Grande do Sul: uma análise demográfica**. Porto Alegre: PUCRS, 2022. Disponível em: <<https://portal.pucrs.br/noticias/impacto-social/desigualdade-racial/>>. Acesso em 20 dez 2024.

PORTELA, Maria Eduarda. Mudanças climáticas: periferias são as mais afetadas em épocas de chuva. **Metrópoles**, 04 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/meio-ambiente-brasil/mudancas-climaticas-periferias-sao-as-mais-afetadas-em-epocas-de-chuva>>. Acesso em 21 dez. 2024.

PRZEMYSŁAW, A.; GRABOWICZ, José J.; RAMASCO, Víctor M.; EGUILUZ, M. **Dynamics in Networks**. <<https://doi.org/10.48550/arXiv.1210.0808>>. Palma de Mallorca, Spain, 2013. Acesso em 13 de abr. 2025.

Rádio Ponte Nova. Tragédia de Mariana: Quilombolas denunciam racismo ambiental à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.radiopontenova.com.br/tragedia-de-mariana-quilombolas-denunciam-racismo-ambiental-a-comissao-interamericana-de-direitos-humanos/>>. Acesso em 19 dez. 2024.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. **Desenvolvimento Econômico e Agravamento da Injustiça Ambiental: Contornos ao Racismo Ambiental no Brasil**. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 5, no 1131. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=3199>>. Acesso em 21 out. 2015.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. **Racismo ambiental às comunidades quilombolas**. 2020.

RBJA. Rede Brasileira de Justiça Ambiental. **Declaração de Princípios da RBJA**. <<https://rbja.org/wp-content/uploads/2022/12/Declaracao-de-Principiosda-RBJA.pdf>>. Disponível . Acesso em 3 abr. 2025.

RECUERO, Raquel. **Introdução à análise de redes sociais**. – Salvador: EDUFBA, 2017. 80 p.: (Coleção Cibercultura)

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. – Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura) 191 p.

RHEINGOLD, Howard. **Net Smart: How to Thrive Online**. Cambridge, MA: MIT Press, 2012. Disponível em: <https://books.google.com/books/about/Net_Smart.html?id=o3EvRkgYv2MC>. Acesso em: 20 abr. 2025.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

SAABA, Lucas. Falta de investimento e manutenção: as falhas do sistema antienchente em Porto Alegre. **Gazeta do Povo**, 17 maio. 2024. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/brasil/falta-de-investimento-e-manutencao-as-falhas-do-sistema-antienchente-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SANTOS, Milton. *Roda Viva Retrô | Milton Santos | 1997*. São Paulo: TV Cultura, 1997. Entrevista

concedida ao programa Roda Viva. Disponível em: <https://youtu.be/xPfkIR34law>. Acesso em: 05 set. 2025.

SATT, M.; ROCHA, A. L. C. da. *Memórias do Mundo*. Documentário, Porto Alegre, 35min. 1997. Disponível em: <https://vimeo.com/439015562>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SHKLAR, Judith N. **The Faces Of Injustice (Os rostos da injustiça)**. Yale University Press, julho de 1990, pp. 1-14.

SOUZA, Neusa Santos. 2021. **Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar. 171 pp.

SOUZA, M.; LIMA, P. Justiça ecológica e subalternização feminina: impactos das crises ambientais sobre mulheres pobres no Brasil. *Revista de Desenvolvimento e Políticas*, v. 14, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/cTqyxMTpwgnnqTTsWZyKn6n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 set. 2025.

TENENTE, Luiza. Chuva no RS foi mais técnica e intensa do que na cheia histórica de 1941, mostra levantamento. **G1**, São Paulo, 11 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/05/11/chuva-no-rs-foi-mais-concentrada-e-intensa-d-o-que-em-cheia-historica-de-1941-mostra-levantamento.ghtml>. Acesso em: 23 mar. 2025.

THOMASI, T. Z.; SANTOS, A. S.; DIAS, C. A. G. C. **O racismo ambiental contra os indígenas no Rio Grande do Sul**. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 21, e212770, 2024. Disponível em: <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/2770>. Acesso em 15 jan. 2025

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 2005.

Tribuna de Ituverava. ‘Não temos como voltar’: o impacto das enchentes sobre os quilombos do RS. Disponível em: <https://www.tribunadeituverava.com.br/nao-temos-como-voltar-o-impacto-das-enchentes-sobre-os-quilombos-do-rs/>. Acesso em 11 dez. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Atlas brasileiro de desastres naturais: 1991 a 2012**. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2013. 266 p. Disponível em: <https://educacao.cemaden.gov.br/midiateca/atlas-brasileiro-de-desastres-naturais-1991-a-2010/>. Acesso em 20 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Pesquisa avalia impacto da catástrofe climática na saúde mental de moradores do RS**, 2024. Disponível em: 98 . Acesso em 20 mar. 2025.

UOL. Bairros mais pobres foram os mais atingidos por enchentes no RS; veja mapas, 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/16/bairros-mais-pobres-foram-mais-atingidos-pelas-enchentes-no-rs-veja-mapas.htm>. Acesso em 23 dez 2024.

VALENCIO, N., VALENCIO, A. (2017). **Cobertura jornalística sobre desastres no Brasil: dimensões sociopolíticas marginalizadas no debate público**. *Anuario Electrónico de Estudios Comunicacion Social “Disertaciones”*, 10(2), http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/disertaciones/a.4791_165-186. Acesso em 10 abr. 2025.

VEDOVATTO, M. **Povos indígenas e injustiça etnoambiental na formação territorial brasileira.** Revista Interdisciplinar em Estudos de Linguagem, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 139-156, 2019. Disponível em: <<https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/riel/article/view/1140>>. Acesso em 23 mar. 2025

VENTURINI, Tommaso & JACOMY, Mathieu & PEREIRA, Débora. (2015). **Visual Network Analysis.**

WANDERLEY, Ayslânya J.; DUARTE, Alexandre N.; BRITO, Alisson V. de; PRESTES, Mateus A. S. FRAGOSO, Felipe C.. **Identificando correlações entre métricas de Análise de Redes Sociais e o h-index de pesquisadores de Ciência da Computação.** In: BRAZILIAN WORKSHOP ON SOCIAL NETWORK ANALYSIS AND MINING (BRASNAM), 3. ,2014, Brasília. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2014. p. 45-56. ISSN 2595-6094.